CEMAP_POLITIKA_18_A_24_DE_SETEMBRO_DE_1972_N_48

FUNDO DK | CEMAP P6/127

POLITIKA

Rio, de 18 a 24 de setembro de 1972 — Número 48 — Cr$ 2,00

CEMAP - HEMEROTECA
CLASS.

Roberto Campos, de Jango a Castelo

Euclydes da Cunha por Franklin de Oliveira

A OUTRA FACE DE LACERDA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

POLITIKA

2

koluna aberta

Chagas Freitas

A Editoria

Enfoque distorcido de um velho problema

Temos evitado tocar no assunto. Inclusive porque ele é delicado e costuma ferir suscetibilidades. O que não é bom. Mas, depois de termos feito uma nota na Bacia das Almas, resolvemos encará-lo de frente, como, aliás, já deveria ter sido encarado por quem de direito.

O problema? Bem. É o relativo às crianças abandonadas na Guanabara. É um negócio realmente revoltante, que a cada dia toma maiores e mais surpreendentes proporções. E, o que é pior, é encarado como caso de polícia, ao invés de ser visto como um vergonhoso quisto social.

Vejam só. Alguns jornais diários — principalmente *O Globo* — têm aberto suas páginas para denunciar a existência de verdadeiras quadrilhas de delinqüentes mirins. Meninos, em sua maioria, que mal sairam dos dez anos e que não chegam aos dezessete, de vida sofrida e chorada.

Cantam, em prosa e verso, a degenerescência de seus caráteres. Falam dos crimes, em verdade alguns bárbaros. Dizem dos assaltos, do planejamento e da chefia destes grupos. Mas sempre com o mesmo equívoco: olham este problema como uma questão policial. Quando não o é.

Então, resolvemos olhá-lo de sua angulação correta. Vocês já perceberam a quantidade de crianças — meninos e meninas entre dez e quinze anos — que andam, desocupadamente, pelas ruas da cidade? Não têm horário, não têm alimentação, não têm residências, não têm família, não têm absolutamente nada. A não ser a miséria, grossa e palpável, de cada um.

Estas mesmas crianças podem ser vistas, altas horas da madrugada, vagando pelas ruas. Algumas desempenhando suas *funções*: vender jornais ou amendoim; pedir esmola ou uma *ajuda para ir para casa*. E as outras estão simplesmente vagando, sem rumo, sem destino, sem perspectivas e sem verem a quem apelar para minimizar sua situação.

E elas são impulsionadas, pela própria necessidade de sobrevivência, à prática de inúmeros pequenos delitos. É o primeiro roubo. Que pode variar de uma maçã a um pedaço de pão. Mas é um delito, devidamente caracterizado. Depois, o segundo, o terceiro, o quarto, até que a prática se torna contumaz. É a facilidade de um estado de coisas.

Aí eles não param mais. É bem mais fácil, convenhamos, praticar pequenos delitos, quase sempre impuníveis, para saciar a fome, do que sentí-la roendo o estômago. É bem mais fácil, convenhamos, ter um pouquinho de satisfação, mesmo que isto custe uma corrida, uma internação ou uma surra de algum policial menos urbano. É bem mais fácil.

E esta facilidade gera os marginais. Os homens que passarão a ser perseguidos pela mesma sociedade que os gerou. Como que uma mãe que sabendo seu filho um célula degenerada, não se preocupa com seus primeiros sintomas, mas que, depois do enraizamento, procura todos os meios de extirpá-lo, mesmo que isto lhe custe a vida. E os marginais-mirins são uma realidade. Triste, é verdade, mas uma realidade.

Logo, quando vocês virem uma criança abandonada, lembrem-se de que ela, amanhã, poderá ser um desses *perigosos marginais*, cujo retrato, sempre distorcido, é estampado pelas páginas policiais dos jornais. Não acreditem que Lombroso tinha razão: está provado que não existe o chamado criminoso nato. Eles são fabricados por uma sociedade, que muitas vezes visando combatê-lo, cria-os mais violentos.

Quando vocês virem uma criança abandonada, altas horas da madrugada, lembrem-se de que ela estará fazendo seu vestibular para a *carreira do crime* — como a chamam os menos preparados socialmente. E quando vocês virem uma criança pedindo esmola nas portas de uma lanchonete, lembre-se que ela ainda está *pedindo*, mas que se está preparando para o primeiro pequeno roubo, que será apenas o início de um rosário.

Quando vocês virem uma criança vendendo jornais ou amendoim nas ruas, saibam que ela está procurando fugir de uma vida que muito pouco é capaz de oferecer-lhe. Lembre-se que ela luta para abrir uma perspectiva. Que ela busca não entrar para o *time* que tem seu retrato nos jornais, com meia dúzia de palavras duras, que querem dizer, em última análise, que são os frutos estragados de uma colheita boa.

Quando vocês virem, enfim, um marginal ser apresentado como o *inimigo público número um*, procure saber as origens desta marginalização. Não o prejulgue. Procure ver se ele, quando criança, teve um instituto a defender-lhe. Se ele se viu obrigado a ser lobo num mundo de lobos. Ou se ele, fugindo à essência da ciência moderna, é um criminoso nato. E, principalmente, quando vocês virem uma criança abandonada, lembrem-se de que ela será o futuro homem de um país que cresce. Que se desenvolve, e que se esquece de seus filhos menos favorecidos.

Agenda

● O Sr. Fernando Murgel, da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, há cerca de dois meses comentou com os jornalistas que cobrem sua área, o plano de exportação de carnes feito pela Associação dos Exportadores Brasileiros. Os comentários foram tão desairosos, que no dia em que sua opinião foi publicada, o ministro Delfin Neto telefonou de São Paulo obrigando-o a desmentir tudo o que havia afirmado, o que o assessor fez prontamente. Entretanto, a crise continuou latente, e agora teve sua conclusão. Fernando Murgel acaba de deixar o Ministério da Fazenda. Vai ocupar a Carteira de Crédito Rural do Banco Real, em São Paulo. Dizem os seus amigos que ele está muito magoado com a imprensa. Mas até que os jornalistas não foram tão maus assim, pois o Fernando está com um ordenado três vezes maior, ainda segundo os seus amigos.

● A ARENA da Guanabara vai recorrer mesmo ao Supremo Tribunal Federal reclamando da inconstitucionalidade da lei recentemente sancionada pelo governador Chagas Freitas, concedendo aumento de 50 por cento nos proventos dos desembargadores e juízes da Guanabara. É que a emenda foi arranjada de última hora, pelo líder do governo Levy Neves, com o propósito visível de aplacar a ira dos magistrados contra o governador carioca, com relação à tramitação da Mensagem de Reforma do Poder Judiciário, que tinha sido totalmente mutilada no Palácio Guanabara e com emendas oferecidas pelos deputados governistas, inclusive limitando os ganhos dos tabeliães, que não podem exceder aos de Ministro de Estado. Isto fez com que o Secretário de Justiça, desembargador Horta Barbosa, se demitisse. O aumento concedido aos magistrados acalmou os animos, entretanto, a ARENA o vê como flagrantemente inconstitucional. E alinha as razões de sua reclamação: o deputado Levy Neves não podia emendar o projeto criando despesas; o aumento não poderia ser concedido a partir de primeiro de outubro, pois não existe verba orçamentária para sua cobertura; e quebra o princípio da paridade salarial, determinada pelo governo federal, pois tanto os funcionários estaduais como os federais, dos três poderes, receberam apenas 20 por cento de aumento, sendo que os funcionários estaduais até outubro só receberam uma primeira quota de 10 por cento.

● Nem sempre uma promoção ou um cargo de chefia é bom para um funcionário. É o que acaba de ocorrer com o agente fiscal Manoel Brasil Leão da Costa, que acaba de ser nomeado para Delegado da Receita Federal na Guanabara. Desde que sunomeação se tornou conhecida, que o Brasil Leão não teve mais paz. Não pode nem apanhar um elevador no prédio do Ministério da Fazenda, que é assediado por uma chusma de postulantes a cargos de chefia. Sua vida, antes tranqüila de servidor bem humorado, passou a ser infernizada pelos aduladores, a tal ponto que o velho Brasil, antes mesmo de tomar posse já está pensando em pedir demissão.

● Sob o protexto de um escalonamento mais equânime da dívida externa do país, o Banco Central baixou resolução no dia 1o. de agosto fixando um prazo mínimo de seis anos para pagamento dos empréstimos externos, a firmas estabelecidas no Brasil. É claro que com este prazo somente poderão gozar dos benefícios filiais de firmas estrangeiras localizadas no Brasil ou empresas ligadas ao capital externo. Dizem os tecnocrátas que os empréstimos podem ser tomados em dois anos, podendo ser reescalonados a cada 6 anos. Nesta hipótese as firmas eminentemente nacionais não têm qualquer chance, pois não gozam de suficiente confiança no exterior para a obtenção de aval.

● O governador Laudo Natel converteu-se, semana passada, na segunda pessoa mais importante do país, recebendo em São Paulo governadores de quase todos os Estados que foram participar dos festejos do Sesquicentenário da Independência. A única desvantagem foi que o governador não soube faturar politicamente a presença de seus convidados.

● Estão mais adiantados do que muita gente pensa os estudos para a fusão dos Estados da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro. Os estudos, por enquanto, estão restritos à área federal. Com isso, pretendem os técnicos federais se descartarem de muitos problemas nos dois estados, alguns que causam reais preocupações.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

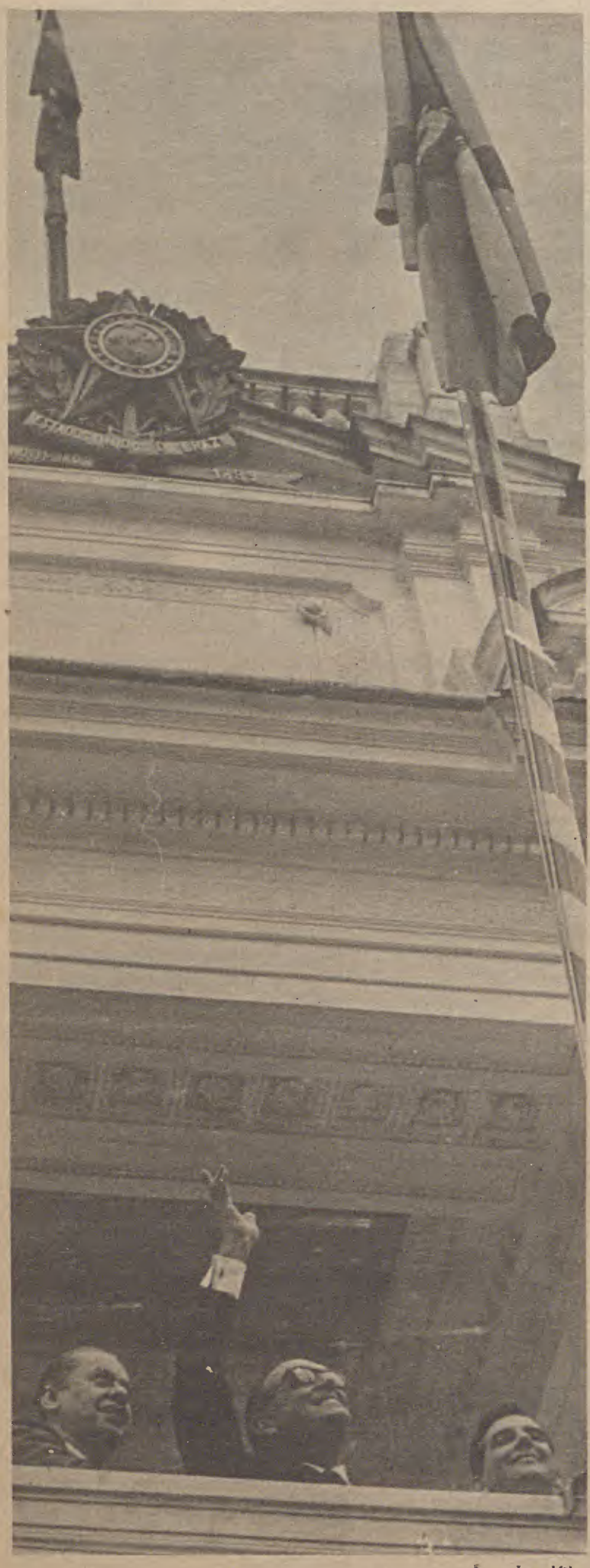
POLITIKA

3

depoimento

Antônio Carlos Villaça

Não se pode negar que existe uma personalidade política a merecer um novo enfoque. Não se pode omitir a existência, clara, do intelectual Lacerda.



Lacerda político

CARLOS LACERDA o intelectual

Lacerda escritor

A maioria dos leitores de POLITIKA conhece o Carlos Lacerda político. Conhece-o polêmico, brigador, orador emérito, improvisador, audaz destruidor de oradores e de mitos. Sabe de fatos, pitorescos e agressivos, de sua atuação parlamentar, quando a cada aparte fazia de seus adversários políticos alvo de tiradas ferinas e inteligentes. Os guanabarinos conhecem o Carlos Lacerda administrador. Aquele que gera, até hoje, discussões sobre os erros e os acertos de suas medidas, muitas das quais não poderão ser analisadas tão cedo. Há quem o conheça por seus artigos, principalmente através da Tribuna da Imprensa, que ele fundou e a quem deu uma vida de lutas, de campanhas e de bandeiras. Agora apresentamos o Carlos Lacerda pouco conhecido: o intelectual. O homem que sofre influências e que influencia. O homem que traduz e que é traduzido. E isto graças a um ensaio preparado para POLITIKA pelo escritor Antônio Carlos Villaça. Anotem esta nova face de Lacerda. Julguem-na e tirem suas conclusões. (*A Editoria*)

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Depois de vinte livros, cuja maioria é coletânea de alguns de seus artigos, Lacerda tem uma necessidade: escrever uma peça para o teatro nacional.

Carlos Lacerda, o intelectual

Um ser claramente dialético

O pensamento de Carlos Lacerda é eminentemente dialético. Seu dom mais imediato e constante é - ir direto ao ponto e seu oposto, sem mais demora nem circunlóquio, para captar o essencial na síntese. Vai ao que importa, com um agudo senso pragmático, sem cerimônia ou sem hesitação visível, e depois, parece, gira em torno do ponto essencial em diferentes níveis de velocidade e a distâncias variadas, como um avião astucioso. Dá, por vezes, a sensação de que anda mais rápido que a vida. Ou a nossa capacidade singela e cotidiana de percebê-la.

Intuída a essência, persegue-a — exigente consigo, insaciável, sôfrego, de uma sofreguidão alucinante. Parece fácil, mas o espírito crítico (nele, sempre alerta) não se contenta com a facilidade. Quer ir ao fundo, de tudo, e ao mesmo tempo. Um escafandrista da vida total, mas com aquele ar despretensioso e ligeiro, rápido, de quem está apenas fazendo seu giro diário pelo quarteirão, à vontade. Talvez um **tour de propriétaire**, manhã cedo, pela Granja do Alecrim, no Rocio, entre rosas e faisões, logo depois de nascer o sol. Ou, quem sabe, Angra dos Reis, ao entardecer, quando o mar nos desafia quase em silêncio.

Sem dúvida, caminha mais depressa do que a velocidade normal da vida. O que me faz pensar naquela palavra bíblica, de Lucas, em tudo digna de um Isaías, de que não conheceu o tempo da sua visitação (Lucas, 19, 44). Mas a inteira verdade é que, escrevendo seus artigos, é ele fiel diariamente — e com que displicência aparente e sincera — às duas linhas que o compõem: certo ar boêmio ou o gosto do sonho, a fímbria do leve devaneio, o amador, o passeador, o giróvago, e a objetividade severa, até muito severa, que foi a suprema preocupação de um Gilberto Amado. A exigência. O rigor. A exatidão. O dom de informar-se.

Poesia e precisa realidade dão as mãos, neste homem difícil, contraditório, inquieto, ágil, mergulhado na ação. E nesta longa obra jornalística, escrita entre 1938 e 1972, para mais de três mil artigos, no **Observador Econômico e Financeiro**, onde começou, no **Correio da Manhã**, na **Tribuna da Imprensa**, em **O Jornal**, em **O Estado de São Paulo**, no **Diário Carioca**, no **Diário de Notícias** em **A Capital**, de Lisboa.

Lacerda governador

Um poeta em busca do ideal

Será um homem de ação? Sim, é um homem de ação, um líder por certo, mas também, e rigorosamente, um intelectual, um homem dos livros, da poesia, da gratuidade, da leitura desinteressada, neste ser que é o menos desinteressado dos seres.

Fidelidade sobretudo a si mesmo, à sua lei interna, e uma espécie de ânsia de confrontar logo a sua verdade com a verdade da vida, a verdade dos outros, descobrir, descrever, como um navegante recém-chegado, um astronauta, um pesquisador incansável do real.

Pois para ele (parece-me) o que importa é a vida. Sua concepção de jornalista foi sempre a de um intérprete da vida, mas com não sei que de profético. Nas suas páginas, em que os encontros díspares de uma vida se reúnem e se harmonizam, há um pouco de profetismo e um traço peregrinal. Porque a condição de peregrino é o que há de mais próprio na personalidade inquieta, fluídica, de Carlos Lacerda. Captar a vida, para prosseguir a aventura da vida. Não um espectador, em sentido orteguiano. Nunca. Mas um participante, alguém que encontra na alegria da vida intensa a sua mesma razão de viver. Carlos Lacerda não se contempla. Não se assiste viver.

Vive. Simplesmente. E com que intensidade frenética. Não é seu sobrevivente. Mas seu contemporâneo. Sofre.

Que é sua obra jornalística, desigual e fragmentária, senão o seu convívio humano? É ele próprio a descrever em artigos de jornal — matéria efêmera — o que foram para a sua sensibilidade e para a sua inteligência sempre aberta esses encontros com homens e situações que de algum modo o marcaram, o feriram o revoltaram, o deliciaram, o inquietaram, ou lhe mereceram a atenção de repórter.

Antes de tudo, um descritivo. Descreve mais do que analisa ou interpreta. Mas sempre interessado na vida total. Capaz surpreendentemente de descer ao mais íntimo. José Lins do Rêgo, Pio XII, Lúcia Miguel Pereira, Otávio Tarquínio de Souza, Kennedy ou Salazar, um bispo sertanejo, Tom Jobim, Chico Buarque, a poesia de Cassiano Ricardo, Otávio Mangabeira, Guilherme de Almeida, Romain Rolland, que significou tanto para a sua mocidade, Virgílio de Mello Franco, a dignidade exemplar de Leônidas de Rezende, a sutileza de Costa Rêgo, o episódio do cão pastor em Portugal, a doçura de certa aldeia, seres e paisagens que o coração viu.

Sim, um grande repórter, um grande tribuno, um grande ator. Mas um tímido, também. Um coração sentimental, numa natureza capaz de frieza, cálculo, jogo. Trata-se de natureza rara: um passional frio.

Escreveu até hoje vinte livros, coletâneas de artigos de jornal, quase todos. Seu grande sonho é escrever uma peça de teatro sobre Antônio José, o Judeu. Porque, por suas raízes, é um homem de teatro, fundamentalmente. Desde os tempos de Álvaro Moreira e Eugênia, na Rua Xavier da Silveira. Seu livro **O Rio** é uma peça de teatro. Escreveu dois livros de contos, **Uma Luz Pequenina** e **Xanam**. Publicou coleções de artigos, **O Cão Negro Uma Rosa é uma Rosa, O Poder das Idéias, Paixão e Crime, Crítica e Autocrítica, Entre a Verdade e a Mentira, Visão do Nordeste, O Rio São Francisco** (reportagem). Em **Palavras e Ação**, reuniu discursos políticos e entrevistas. Mas há os ensaios antigos, **O Latifúndio, O Quilombo de Manuel Congo, Carta a Humberto de Campos, A Missão da Imprensa, O Brasil e o Mundo Árabe, Como foi Perdida a Paz.** Sua **Defesa da Liberdade** (na Câmara) deu um grosso volume, com páginas candentes.

Traduziu **Júlio Cesar**, de Shakespeare. O que provocou a crítica minuciosa de Fernando Marques dos Reis, que ele próprio fez questão de publicar na **Tribuna da Imprensa.** Como traduziu as **Memórias de uma Esquizofrênica.** Ou **Deus Existe**, de Frossard.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Carlos Lacerda, o intelectual

Desde muito cedo, Lacerda viu a necessidade de uma intensa vida intelectual. E não mais se afastou desse caminho, em suas várias etapas de lutas.

Tradutor, poliglota e sempre um inquieto pesquisador das coisas, Lacerda é, antes de tudo, um estudioso

Mocinho, traduziu um dia as **Memórias** de Churchill, **Minha Mocidade**. Gosta de traduzir. Pois sabe perfeitamente inglês e francês, um pouco de alemão, italiano e espanhol. Latim e grego não sabe. Fui com ele a Parati e pude vê-lo conversar horas seguidas com um norte-americano riquíssimo, inteligente, culto e capenga, no mais flexível e puro inglês. Como se falasse português. Deu ao americano uma lição de Brasil.

Vi-o conversar com um deputado francês. A mesma **aisance**, o mesmo desembaraço. Fomos juntos à serra da Bocaina, em São Paulo, com Severo Gomes e o Padre Godinho. Pois durante a viagem pude notar o empenho com que discretamente dava esmolas aos pobres, quando parávamos aqui e ali. A nenhum deixou sem esmola. Em São José do Barreiro, cercado por um grupo de moças, brilhou como se estivesse enamorado, com um brilho estupendo, uma leveza, um à-vontade, um charme pessoal digno de um renascentista. Dir-se-ia que se deixara seduzir pelas moças de São José do Barreiro.

Conserva sempre esse ar de rapaz, um tanto brejeiro, boêmio, leve, livre, sensual. Será meu modelo de vida um cardeal da Renascença? Seu ensaio sobre Maquiavel o confirma. Carlos Lacerda compreende e até reabilita Maquiavel, que é bem o homem da Renascença, que substitui a **pietas** pela **virtù** a força.

Escreve à máquina com dois dedos. Mas depressa. Com uma certa impaciência ou ímpeto, como se estivesse com raiva. Quando escreve, se fecha em si mesmo, alheio, ilhado, silencioso, recolhido, indiferente ao que o cerca. Gosta de trabalhar longas horas seguidas. E, terminada a tarefa, a que se entrega com totalidade, com garra, com paixão, descansar por muito tempo, dias, semana.

Gosta também de ditar os artigos. Escrevendo ou falando, é um ser impaciente, nervoso. Não gosta de esperar. Mas sabe esperar, quando quer, com uma paciência de santo. **Agüentei a UDN durante vinte anos**, costuma dizer com ironia. Não sabe nadar. Nem gosta de água fria. Não suporta banho de chuveiro. Banho só quente e de imersão. Sua piscina de Petrópolis dá pé. Gosta de sauna. Mas depois que se tornou homem público ilustre, deixou de ir a saunas públicas, por timidez ou vergonha.

Gosta de vinhos franceses, naturalmente. E é mesmo um conhecedor, **connaisseur**. Tem gosto apuradíssimo. Aprecia a boa mesa, não quantidade, mas qualidade. Um **gourmet**. Não um **gourmant**. Gosta muito de queijos. Dorme pouco, pouquíssimo, três ou quatro horas por noite. Não tem sono. Se de repente o sono aparece, dorme cinco minutos ou dez ou quinze, e logo se sente equilibrado. Dorme com uma rapidez incrível. Em Angra dos Reis, uma noite conversávamos, em grupo seleto. De súbito, dormiu. Seria sestro? Brincadeira? Momice? Truque? Não, era sono.

É sensível ao extremo, a ruídos, presenças, movimentos, vozes, sons. Tem sensibilidade demais. Hesita. Mas disfarça a hesitação. Não gosta de ferir. Curioso, esse grande e terrível polemista, esse audaz panfletário, esse jornalista político que construiu sua carreira sobre a denúncia, o ataque ferino, a crítica desabusada e cruel, esse homem que tem um tremendo espírito satírico, um sarcasmo, não gosta de magoar, despedir empregado, contrariar interesses, decepcionar, sofre com isto.

Mas que asceta, quando o seu projeto vital o exige. Que poder de esquecer tudo, de marchar na direção da conveniência do instante fugidio. Sabe discernir num relance. Tem faro. Sabe onde está o seu interesse. E, no entanto, atacou o marechal Castelo...

Parece que lhe falta um pouco de domínio de si, calma, poder de contemporizar. Afoba-se, quando deveria guardar serenidade irônica. Seu desejo de resolver logo as coisas o prejudica em certas horas cruciais. Mas que agilidade. Que espírito flexível. Que percepção instantânea de tudo. Que intuição poderosa e fina.

Salazar disse dele: se souber calar-se, terá o poder. Sua letra é parecidíssima com a de Malraux, por quem possui a mais cândida admiração fraternal. Outra admiração sua é Churchill. Outra é De Gaulle. Outra é Lincoln. Outra é Le Corbusier. Uma das maiores impressões, que me ficaram, do convívio pessoal com ele, aqui ou em Petrópolis, foi a da leitura que me fez a 31 de dezembro, no silêncio bom da sua biblioteca, do discurso de Malraux no Louvre diante do cadáver de Le Corbusier. Oração fúnebre admirável. Lacerda leu-a com perfeição, emocionadíssimo, e terminou chorando. As águas do Ganges, a terra da Acrópole, a alusão a Brasília, tudo foi pondo lágrimas na voz poderosíssima e ardente desse grande tribuno hoje privado das multidões. Nasceu para as multidões. Nasceu para falar ao povo, em longos e dramáticos discursos. Improvisa com uma facilidade assombrosa.

Emprestou-me **Les Chaines qu'on abat**, de Malraux, sobre De Gaulle. Peço que você me devolva. Devolvi. Deu-me os contos de Villiers de L'Isle Adam. Deu-me as **Histoires Insolites**, de Barbey D'Aureville. Interessa-se por tudo. Com espírito de repórter, o grande repórter que ele é, desde mocinho. Tem curiosidade luciferina. Quer tudo saber. Como funciona a máquina tal. Como se fabrica isto e aquilo. Pergunta. Objeta. Discute com objetividade, submisso ao real. Gosta de chegar em casa carregando, por exemplo, uma mesa. Tira o paletó sem cerimônia. Arregaça as mangas, tão rapaz. Fumou cachimbo, hoje não fuma a não ser cigarros. Foi pintor bissexto. Hoje, não pinta mais. Cuidou de rosas em seu sítio de Petrópolis. Escreve sempre, com prodigiosa rapidez, facilidade. "Em artigo de jornal, digo tudo. Em livro, não. Tenho cerimônia..."

Há muitas personalidades dentro dele. Um homem prático, um poeta, um sonhador, um intelectual (mas **rabelaisiano**), um sentimental, um tímido. Raramente fala de sua vida interior, sua intimidade. Defende-se. Preserva seu mundo íntimo. Vi nele encabulações reais de mocinho. E, todavia, quem mais sem cerimônia diante da vida numerosa...

Lacerda orador

Ele é um temperamental, um homem de momentos. Também suas preferências e amores variam. Tem fama de irregular, de versátil, e de fato o é.

Carlos Lacerda, o intelectual

Ele joga sem ser jogador

Não é regular, já se vê. É um instável, um temperamental, um homem de momentos. Suas preferências variam. Seus amores mudam. Tem fama de irregular, de versátil, e com efeito o é. Versatilidade e intensidade, eis as palavras que o podem afinal exprimir. Pois é mesmo um realista e um romântico. Gosta de caminhar a pé, longamente, como que descobrindo o mundo. Subir morro. Ver o mar. Ir espiar isto ou aquilo, ali adiante, na curva do caminho. Vamos. E parece um menino, um chefe de escoteiro, a provocar a preguiça alheia, a espicaçá-la, por que é um grande animador, quando quer. Automóvel, dirige mal.

Deita de madrugada. Gosta de varar a noite na conversa inteligente e suave, entre amigos, à sombra da estante, com um pouco de uísque. Falará de política, inevitavelmente — seu grande assunto. Mas falará também de literatura, de filosofia, de religião, autores e livros, figuras, o que dizem os jornais, os daqui e os de fora, pois não deixa de ler os jornais de Paris, Londres, Nova Iorque. Lê a revista **Time**. Gosta de ler os poetas. Senghor, Cabral, Drummond, Cassiano, Pessoa, Lorca.

Não é um teórico. Mas a teoria o visita. Essencialmente, é um jornalista, pela vida que levou, pelo exercício contínuo de uma profissão em que chegou à culminância de ter um jornal. Não hesito em considerá-lo, sem favor, um dos maiores oradores e um dos maiores jornalistas brasileiros de todos os tempos.

Gosta de retratos, de tirar e ser tirado. Gosta de cinema. Gosta de ouvir música, um pouco, sem paixões. Gosta imensamente de teatro. Foi ver duas vezes **Castro Alves pede passagem**. Não perde peça importante. Chora com facilidade no cinema e no teatro e na vida. Chorou vendo **Love Story**. Chorou vendo **Romeu e Julieta**, sobre que escreveu um estudo magistral. Gosta de escrever bilhetes. Gosta de bichos.

Seus maiores artigos? Conheço toda a sua obra. Toda, não. Quase toda. Escapou-me, não pude localizar o artigo-ensaio sobre o cooperativismo na Suécia, de 1947, encomendado e publicado por Valentim Bouças no **Observador Econômico e Financeiro**. Escapou-me um conto saído no **Cruzeiro**. Descreve como ninguém uma cena, uma situação, um quadro, uma paisagem, como no artigo sobre Pistóia. Belo artigo escreveu sobre Lúcia Miguel Pereira e Otávio Tarquínio de Souza por ocasião da morte deles, num desastre de avião, em 22 de dezembro de 1959. Tinham sido vizinhos na Samambaia, em Petrópolis. Entendiam-se. Outro bonito artigo é o texto do discurso com que se despediu na Câmara Federal de José Lins do Rego. O poeta Cassiano Ricardo considera esse discurso o mais belo que se fez na Câmara.

Lacerda, um homem do povo

Seu estudo sobre a fragilidade de sir Winston Churchill, que foi um maníaco depressivo, é outra página significativa. Ou ainda recentemente a sua **"Viagem à Cidade do Futuro — Da Cidade estática à Cidade dinâmica,"** em torno da **Ekistica**, de Constantino Doxiadis. Toynbee, Doxiadis, Jung, os pensamentos de Mao, as **Memórias** de De Gaulle, **Incidente em Antares**, do Érico Veríssimo, um de seus autores mais constantes, **A Pedra do Reino**, de Ariano Suassuna, que foi que ele não leu?

Joga cartas, razoavelmente, sem ser um grande jogador. Gosta de cozinhar, vai para a cozinha e prepara um peixe temperadíssimo com batata doce. Ou um frango. Trabalhar com as mãos, entre facas e temperos, lhe é agradável, às vezes, boemiamente.

Não é uma estátua, não é um medalhão, não é a imitação ou a cópia de si mesmo. É um ser vivo, um homem dentro da vida, ou, para usarmos o título do livro de Osvaldo Alves, **Um homem dentro do mundo**. Vaidoso? Muito menos do que eu esperava. Nenhuma arrogância. Nenhuma presunção. A consciência de seus limites. A consciência de seu poder. A legítima ambição das grandes ações, a que se referia Rui. Um certo medo de perder a **chance** histórica. A frase de Tolstoi ressoa dentro dele, ser sensível aos apelos da história: "Seu único temor era morrer sem ter feito ainda nada de bom nem de belo. E queria tanto viver, viver para realizar algum grande ato de sacrifício. (Os Cossacos).

Sua biblioteca terá seus sete ou oito mil volumes, bem escolhidos e mal arrumados. São várias bibliotecas. A de livros mais raros, ricamente encadernados, tipo pra inglês ver, Lusíadas, Bíblia, álbuns finos, aves, bichos, Debret. Depois, a grande biblioteca, de uns cinco mil volumes em que predominam literatura brasileira, história, política, sociologia e filosofia. Maritain e Teilhard de Chardin. Depois, a biblioteca de livros de viagem, desde o nosso Oliveira Lima sobre o Japão até o guia moderno e prático de Paris. Livros sobre a Itália, a França, a Espanha, Portugal, o Oriente. E, por fim, o seu gabinete de trabalho, com a biblioteca dos dicionários e enciclopédias. O **Grand Larousse**, a Britânica. Enciclopédia Italiana, Espanhola, Dicionários de grego, latim, alemão, italiano, espanhol, inglês, francês, dicionários de toda ordem, de teologia, de filosofia, de sociologia, modernas edições, **Who's Who**, nosso bravo Sacramento Blake, dicionários de literatura. Um mundo.

Sempre gosta de folhear, examinar um livro ou revista. Atento, minucioso, preciso. Está a par de tudo, notícias sociais e teorias científicas, **potins** e novidades religiosas. Interessa-se por psicanálise. Interesse relativamente recente. Pois antes detestava psicanálise. Por causa em parte de sua formação marxista. Leu muito Gramsci. Agora, apaixonou-se por Jung. Prefere Jung a Freud. Interessa-se por espiritismo, umbanda, parapsicologia, fenômenos metapsíquicos, hipnotismo, astrologia, horóscopos. Tem uma tendência profunda à superstição. Alia o espírito poético ao espírito científico. É muito mais um intuitivo do que um analista ou um doutrinal. Não conhece Luckàs, nem Croce, nem Ecco, nem Barthes. Mas conhece muito a obra de Proust, como conhece a de Eça.

É um camiliano verdadeiramente nato. Leu Rui Barbosa, também camiliano, por quem teve e tem ainda uma espaçosa admiração, mais política do que literária. Rui é para ele o nosso Lincoln, o homem da liberdade, o último dos românticos.

Penso neste destino eminentemente político. Um intelectual. Um artista. Um escritor. Um homem de palavra. Mário de Andrade o considerava o maior escritor da sua geração. E lhe pedia em carta de 1943 que Carlos Lacerda contivesse o seu próprio brilho, a tendência que havia e há nele para brilhar fácil. "Supere o brilho fácil, o ruibarbosismo". Mário lamentava um tanto o sacrifício do escritor à política. Mas esse sacrifício da liberdade à participação social estava na linha do seu destino.

Neto de político, que acabou ministro do Supremo, filho de político, de um grande deputado e grande orador popular, sobrinho de fundadores de partido, sua vocação normal era a política. Começou a trabalhar com 16 anos na página sobre Ensino, no **Diário de Notícias** sob a direção de Cecília Meireles, uma das ternuras de sua vida. Foi cronista no **Correio da Manhã** dos trabalhos da Assembléia Constituinte de 1946. Foi comentarista político no **Correio da Manhã**, enviado à Conferência da Paz de Paris, ao Oriente Próximo e à campanha presidencial americana em que Truman bate Dewey. No dia 17 de dezembro de 1949, funda seu próprio jornal, onde por dez anos escreveu artigos de um grande brilho e de uma impetuosidade. Vereador. Deputado Federal. Governador. Candidato à presidência. Agora, presidente de empresas privadas. Seu destino irresistível é a vida pública. Aquela sensibilidade crispada e sofrida, capaz de entender o avesso do mundo. Um polemista arguto. Um poeta sutil. Esse jornalista, que foi tudo, noticiarista, redator, secretário de redação, diretor de agência noticiosa, colunista político, encontra hoje nas viagens o prazer que o faz suportar o peso da vida, esse prazer de descobrir mundos novos, que é um traço da sua personalidade inquieta, ardente e violenta. "Seja o que Deus quiser", é uma frase muito dele que o define. Será católico? É certo que se converteu ao catolicismo em 1949. Há nele um fundo cristão, um misticismo em disponibilidade, uma religiosidade que só um grande encontro poderia galvanizar.

Não gosta de falar da sua conversão religiosa.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A Editoria

Não há como negar-se o valor de Roberto Campos: ele usou, para duas épocas antagônicas, a mesma figura de retórica. E continuou na "crista da onda".

ROBERTO CAMPOS

De Jango a Castelo

No dia 18 de julho, agora, o professor Roberto Campos escreveu no *Estado de São Paulo* um artigo sobre o ex-presidente Castelo Branco: *Elegia para o pagador de promessas*. Como sempre, bem escrito e inteligente.

Acontece que lá para o fim vem essa frase:

— *Nada substitui no estadista a perspectiva* histórica; *até porque, sem ela arrisca-se a cair numa perspectiva* histérica. *Castelo decidia com serenidade, porque a história lhe havia ensinado a impermanência do sucesso, as limitações do poder, a relatividade dos desastres . . .*

Quem tem boa memória, há de lembrar-se da famosa conferência do professor Roberto Campos, em 19 de dezembro de 1962, na *Pan American Society of the United States. Título: — A Situação Real do Brasil.* Ele era então embaixador nos Estados Unidos. O presidente da República era João Goulart. E a conferência terminava assim:

— *Não confundamos uma perspectiva* histórica, *que nos pode trazer receitas de sabedoria, com uma perspectiva* histérica *que nos pode levar a decisões irrascíveis e envenenar as fontes de entendimento.*

Para um julgamento equânime dos leitores e da história, vamos ler a conferência do professor Campos na íntegra:

"*Estamos em meio de uma nação trazida à beira de uma verdadeira ruína moral, política e material.*

A corrupção domina as urnas, a legislatura, o Congresso e atinge até a beca judicial. O comércio em estado de prostração; nossas casas cobertas de hipotecas; empobrecido o operariado, concentrada a posse das terras nas mãos de capitalistas. Os frutos do labor de milhões são audaciosamente roubados, indo avolumar . . . as fortunas de poucos . . . Há mais de um quarto de século que vimos assistindo a luta dos dois grandes partidos, visando o poder e o esbulho. Nem mesmo agora prometem eles qualquer reforma substancial . . . propõem sacrificar no altar de Mamon nossos lares, nossas vidas e nossos filhos.

Esse texto, não é uma descrição das atribuições que caracterizam o atual torvelinho de transição no Congo. Não se trata de uma admoestação por parte de algum jornal financeiro conservador de Nova York sobre a situação de caos econômico que ora confrontaria a América Latina. O país descrito na passagem acima é a própria nação norte-americana, e a diatribe citada não é nada mais que a plataforma do Partido Populista em sua convenção de Omaha, em 4 de julho de 1892.

A despeito da objurgatória do Partido Populista, que assim demonstrou uma singular falta de perspectiva histórica, os Estados Unidos da América cresceram até se tornarem uma nação poderosa, com sólida economia e razoáveis padrões de justiça social.

Pergunto-me se os círculos financeiros dos Estados Unidos, bem como a imprensa deste país, não se acham afligidos no momento por uma falta semelhante de perspectiva histórica, ao examinarem a realidade brasileira?

•

O comportamento de uma determinada sociedade, tanto em tempos de glória quanto em épocas de dificuldades, tem de ser julgado através de vários indicadores de natureza política social e econômica. No recente caso brasileiro, uma focalização obsessiva sobre o surto inflacionário tem levado muitos analistas a desprezar, irrefletidamente, realizações significativas em outros setores.

Com o advento da profunda crise constitucional ocasionada pela renúncia do presidente Quadros, em agosto de 1961, a Nação viu-se confrontada por um número de objetivos sociais prioritários.

O primeiro e principal era o de preservar a estrutura de uma sociedade aberta e democrática. O segundo era o de manter uma taxa elevada de crescimento econômico. O terceiro urgia alcançar maior grau de autonomia nas decisões concernentes ao desenvolvimento e, o quarto, manter um nível razoável de estabilidade de preços.

O primeiro objetivo parece ter sido substancialmente alcançado, a despeito de graves tensões internas. Aproxima-se o fim da crise constitucional brasileira, com a fixação da data de 6 de janeiro para o plebiscito, que decidirá entre a restauração do regime presidencialista (que, ao que parece, merecerá a escolha do eleitorado) e a continuação do parlamentarismo. Preservou-se assim uma sociedade aberta e de livre debate, não enodoada por qualquer apossamento militar, suspensão de direitos constitucionais ou imposição de controles autoritários.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Roberto Campos foi falar das vitórias brasileiras. Cantou loas à política econômica, às medidas governamentais. Isto em 1962, nos Estados Unidos.

Roberto Campos, de Jango a Castelo

Na década de 60, nosso PNB já aumentava a razão de 7,2%

O segundo objetivo é quase tão importante quanto o primeiro. Somente uma economia dinâmica pode prover a flexibilidade de empregos, a oportunidade de promoção social e o alargamento de horizontes, indispensáveis para abater as tensões sociais e assegurar a exeqüibilidade do projeto social. O que é que nos dizem os algarismos? Na década de 1950, em geral, a taxa brasileira de crescimento — 5,8 por ano em termos reais — foi a mais alta da América Latina. Em 1960/61, a despeito da crise política e da conjuntura adversa de comércio exterior, o aumento do produto bruto nacional foi de 7,2%. Conquanto em 1962 a taxa de expansão parece ter declinado, há boas perspectivas de que o ano de 1963, ao frutificarem os pesados investimentos ora em curso nos setores de energia elétrica e na siderurgia, marque um novo surto de produção.

Outro fato importante a ser observado na história recente do crescimento da economia brasileira é que a expansão através da inteira década dos 1950 foi conseguida praticamente sem acréscimo do insumo de importações, pois enquanto o produto nacional bruto aumentou de 31% as importações permaneceram estáveis.

Nenhuma outra parte do mundo não socialista acusa comportamento semelhante. Na maioria dos países em processo de desenvolvimento, o crescimento econômico tem sido acompanhado de um aumento mais que proporcional de importações. No caso brasileiro, a melhoria do coeficiente de crescimento autônomo foi tornado possível pelo surto das indústrias substitutivas da importação e particularmente pela diversificação e crescente refinamento da produção nacional de bens de capital. Em anos mais recentes, surgiram as indústrias automotriz e de construção naval inteiramente novas, expandiu-se a produção de aço numa taxa anual cumulativa de 13%, e cerca de 50% das necessidades de bens de capital acham-se agora supridas pela produção nacional. A curto prazo, este ritmo acelerado de substituição de importações tende a aumentar as pressões inflacionárias sobre a economia. A longo prazo, virá aumentar a flexibilidade estrutural e tornará as opções de desenvolvimento menos dependentes do comércio e auxílio estrangeiro.

A agudeza do avanço inflacionário no Brasil é prova incontroversa de que falhamos no objetivo de manter um grau razoável de estabilidade de preços. Longe de mim desculpar a inflação ou negar as sérias deslocações e atritos econômicos que deixa em sua esteira. Sente-se hoje, na verdade, em todos os setores da população do Brasil, um clamor geral por medidas de controle da inflação. Algumas já foram tomadas, tais como a passagem de um projeto de reforma fiscal visando aumentar de Cr$ 130 bilhões, no mínimo, as rendas do Tesouro. O Poder Executivo foi também autorizado a apresentar ao Congresso um programa reduzindo de 45%, em 1963, os gastos governamentais não fixos. O imposto específico sobre o consumo de energia elétrica foi convertido em ad valorem a fim de proporcionar financiamento não inflacionário para os programas de energia. Projetos para o reajustamento de taxas sobre utilidades públicas, transporte e combustíveis estão sendo estudados para aplicação como parte de um programa geral antiinflacionário. Está sendo contemplado, também, um financiamento muito mais amplo do deficit orçamentário, através da venda de títulos de manutenção do poder de compra.

Conquanto a gravidade do problema inflacionário no Brasil e em muitos outros países latino-americanos não possa ser negada, é igualmente certo que a análise corrente do problema por parte das organizações financeiras internacionais e de círculos bancários neste país está longe de ser equilibrada. Há, em primeiro lugar, uma tendência para encarar a inflação dum ponto de vista moralista e não sociológico, como se fosse simplesmente uma exibição de relaxamento moral e não o resultado de pressões distributivas irresistíveis (demandas de consumo), ou pressões de crescimento (demandas de investimentos), num ambiente caracterizado por condições adversas na exportação de bens primários.

Há, em segundo lugar, a surda aplicação de que os países inflacionados são automaticamente culpados de inobservância do princípio de auto-ajuda. Isto pode ser verdade quando a inflação não é acompanhada por crescimento econômico e quando absorve elevada proporção de recursos externos mediante excessivo dispêndio com importações. Tais, certamente, não são as características da inflação brasileira, onde o crescimento vem sendo mantido e a dieta de importações tem sido magra. Se isto é prova de auto-ajuda, pois recursos para investimento estão sendo expremidos, ainda que por meios cruéis e brutais, de uma economia pobre. Esses comentários não constituem de maneira alguma uma defesa da inflação, nem se pretende que a inflação tenha exercido papel causal no processo de crescimento. Pelo contrário, é lícito supor que num contexto político adequado e presumida uma administração fiscal mais eficiente que a habitualmente encontrada em países subdesenvolvidos, o desenvolvimento econômico poderia ser alcançado com pressões inflacionárias apenas moderadas.

Castelo Branco

O governo era a sua preocupação

Constituem eles, contudo, um apelo em favor de uma visão equilibrada do problema, em que se dê o devido crédito ao desempenho brasileiro em relação a outros importantes objetivos sociais e políticos.

Os devaneios íntimos da mente anglo-saxônica são freqüentemente misteriosos. Por motivos pouco claros, países que mantiveram estabilidade de preços e disciplina fiscal, exibindo taxas baixas de crescimento ou mesmo estagnação, são tidos como exemplos magnos de auto-ajuda e de conformidade com a filosofia da Aliança para o Progresso. Mas, certamente, na filosofia da Aliança o crescimento tem precedência sobre a estabilidade; e se a auto-ajuda quer dizer algo, significa mobilização de recursos, a qual, por sua vez, não pode ter sentido se não se traduz em crescimento e expansão. Estas reflexões devem tornar-nos mais sóbrios de palavras e menos ásperos de julgamento, ao avaliarmos a "performance" econômica dos países subdesenvolvidos.

É justificada a apreensão reinante neste país quanto aos perigos da inflação na América Latina. Mas erram a fundo aqueles que não reconhecem na estagnação um perigo ainda maior. Quando há crescimento, dilata-se continuamente o horizonte econômico e a correção de injustiças sociais, embora às vezes exasperadamente lenta, pode ser conseguida sem explosão social. Quando há estagnação, nada resta senão uma luta amarga por uma parcela da miséria comum.

Vários países da América Latina e da Ásia têm sofrido inflação e estagnação, enquanto alguns outros mantiveram um nível estável de preços, sem contudo se desenvolverem.

Na América Latina, somente dois países conseguiram nos últimos anos conciliar uma inflação moderada com uma taxa aceitável de crescimento econômico, porém mesmo estes não chegaram a alcançar a taxa de expansão da economia brasileira no último decênio.

A seriedade do problema de estagnação na América Latina foi pungentemente frisada no recente relatório do Secretariado Misto da CEPAL/OEA, na Reunião Ministerial da CIES, na cidade do México. Enquanto pelo menos sete países da América Latina conseguiram ultrapassar, durante o período de 1950/57, a taxa anual de crescimento de 2,5% por habitante, somente um — o Brasil — teria logrado no período 1957/61 alcançar essa meta mínima prevista na Carta de Punta del Este.

Nota-se hoje, neste país, **fadiga e desencanto** no que diz respeito à ajuda externa. O **desencanto** talvez se funde numa falsa analogia. No caso da recuperação européia, resultados rápidos foram obtidos através de uma injeção maciça de recursos. Rapidez semelhante não foi nem pode ser alcançada no campo do desenvolvimento econômico. Esta tarefa é infinitamente mais complexa que o esforço de reconstrução da infra-estrutura física e de ativação do capital humano já existente. Implica em lento trabalho de educação de técnicos, de transformação social e de modernização de toda a estrutura econômica. Independentemente da circunstância de que a ordem de grandeza dos recursos mobilizados para a **Aliança para o Progresso** representa apenas uma fração dos investidos na Europa, a natureza da tarefa não se presta a feitos dramáticos a curto prazo.

A **fadiga** deriva possivelmente de uma superavaliação do ônus real imposto à economia americana pelos programas de ajuda externa a países subdesenvolvidos, em geral e à América Latina em particular. Esses programas atualmente absorvem menos de um por cento do produto nacional bruto, em comparação a cerca de 2% no período do plano Marshall, e a economia norte-americana tem presentemente um vasto potencial de recursos humanos e materiais subutilizados. Mais importante ainda, há ao mesmo tempo uma subavaliação da sutil poupança que deflui para o consumidor-contribuinte mediante o declínio, a partir de 1953, dos preços de importação de produtos de base, declínio esse que, no caso dos produtos de exportação da América Latina, tem sido suficientemente grande para frustrar vários dos efeitos benéficos esperados da assistência financeira externa.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Roberto Campos, de Jango a Castelo

Roberto Campos disse que não havia nenhuma valia na ajuda da Aliança para o Progresso, pois diminuiam as exportações latino—americanas. Isto em 62.

Campos não compreendia a "ajuda"

Este ponto, que tende a ser um tanto esquecido na discussão corrente, mereceu adequada ênfase em recente discurso pronunciado pelo Sr. Edwin Martin, secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos, no **Institute of World Affairs** (Instituto de Assuntos Mundiais) da Universidade da Califórnia do Sul. Disse o sr. Martin:

Entre 1953 e 1960 as exportações latino-americanas, outras que o petróleo, cresceram de 30% em volume, mas renderam somente 4% a mais em divisas. Se os preços tivessem permanecido aos níveis de 1953, a renda derivada das exportações latino-americanas teria sido maior por 1,3 bilhão de dólares do que o foi. Podereis compreender a diferença que isto teria feito.

As exportações desse países são em grande parte produtos cujos preços flutuam largamente, respondendo a pequenas variações de oferta. Conseqüentemente, se eles tivessem exportado muito maior quantia desses produtos, é possível que tivessem recebido menos em vez de mais. Mesmo assim, o preço médio em 1961, do café e cacau, atingiu somente cerca de 60% do nível de 1953, o das bananas 85% e o das fibras — algodão e lã — cerca de 80%. Estes produtos por si só representaram a quarta parte da renda proveniente das exportações latino-americanas naquele ano.

Entrementes, os preços de atacado norte-americano — índice aproximado dos custos de importação daqueles países — aumentaram de 10%.

Este acréscimo de 4% nas rendas de exportação foi acompanhado de um acréscimo demográfico de cerca de 20%. É claro que a renda per capita proveniente de exportações decaiu substancialmente. E como as rendas governamentais são grandemente afetadas tanto pelos níveis de exportação quanto pela quantidade de importações cuja compra é permitida pelas receitas de exportação, bem como pela resultante prosperidade do comércio nacional, aquelas rendas têm-se mostrado crescentemente deficitárias.

O sr. Martin frisou dois aspectos do declínio dos termos de intercâmbio latino-americano. O primeiro é a resultante pressão sobre o balanço de pagamentos, que tornou necessário aplicar direta ou indiretamente cerca de 40% dos fundos desembolsados durante o primeiro ano de operação da **Aliança para o Progresso**, em empréstimos de balanço de pagamentos. Se a relação entre ajuda e comércio fosse colocada em sua devida perspectiva, a condenação categórica desses empréstimos compensatórios como sendo indicativos de desperdício ou frouxidão na administração do auxílio externo, pareceria bastante irracional. O sr. Martin também chamou atenção para o efeito inflacionário da deterioração dos termos de intercâmbio no caso de países cuja renda fiscal depende grandemente dos impostos sobre a exportação. Efeito semelhante, pode-se dizer, ocorre se a perda de receitas cambiais força uma redução de importações, que poderiam de outra forma amenizar a pressão inflacionária.

No decurso dos últimos meses, ouviram-se objurgatórias, tanto de fontes bem quanto de mal informadas, fustigando um suposto desperdício nos programas de empréstimo ao Brasil, em vista da persistente inflação e das recorrentes crises do balanço de pagamentos.

A luz deste fato, não seria talvez desgracioso nem descortez tecer alguns comentários, a fim de colocar em devida perspectiva o auxílio dado ao Brasil. Circula uma idéia totalmente exagerada quanto ao volume líquido de recursos tranferidos à economia brasileira. Isto decorre em parte da utilização de cifras brutas, relativas a compromissos e autorizações que excedem as importâncias de fato desembolsadas, e em parte da desatenção ao fluxo inverso de pagamentos de amortizações e juros.

Outra razão é o incremento substancial de desembolsos desde o início da **Aliança para o Progresso**, coincidindo com as condições particularmente adversas do comércio exterior brasileiro. Em termos **líquidos**, e vistas sob uma ótica de longo prazo, de 1940 a 1956, as transferências líquidas de auxílio governamental ao Brasil, em suas várias formas, empréstimos doações, provisões alimentícias, de todas as fontes — Eximbank, ICA, AID, Alimentos para a Paz, Voluntários para a Paz — Fundo Fiduciário para o Progresso Social, PL 480 — montaram cerca de um bilhão de dólares. Distribuído por todo o período, isso representaria menos de 50 milhões de dólares por ano, embora, como já foi dito, o fluxo líquido de fundos tenha aumentado substancialmente desde o início da implementação da **Aliança para o Progresso**. Não seria exato dizer que esse auxílio tem sido desperdiçado, pois tal assertiva não se compadeceria com a alta taxa de crescimento mantida pela economia brasileira.

Mais importante ainda é que, em termos de bem-estar, o ônus do auxílio tem sido grandemente reduzido pelas poupanças involuntariamente auferidas pelo consumidor-contribuinte americano, através do barateamento dos preços pagos pelos nossos produtos primários de exportação. Um simples cálculo tornará patente este fato. Se o valor cumulativo das exportações brasileiras, aos preços correntes entre 1955 e 1961, for reajustado na base da relação de trocas prevalecente no período

Só havia equilíbrio e felicidade

de 1950-1953, a renda adicional de exportação teria montado a 1,4 bilhão de dólares somente nos últimos seis anos. Durante aquele mesmo período, o deficit acumulado da balança de pagamentos do Brasil foi de aproximadamente 966 milhões de dólares, muito menos do que o declínio nas rendas decorrentes da exportação.

Consciente do perigo de enfraquecer a tese por superdemonstração, passo a precisar o alcance de minhas observações. Meu propósito não é de menosprezar a boa vontade e paciência do contribuinte americano, que sente duramente o ônus real do imposto, enquanto sua poupança, na qualidade de consumidor de produtos da América Latina, é distante, difusa e involuntária. Meu propósito não é também imputar culpa aos Estados Unidos pela deterioração da relação de trocas em desfavor da América Latina. Pois, assim como a elevação de preços dos produtos primários, entre 1949 e 1954, não foi resultado da generosidade do comerciante americano, também a queda dos preços, a partir de 1955, não resulta de sua inclinação espoliativa. A finalidade não é de negar que a melhoria da relação de trocas em benefício dos produtores industriais beneficiou tanto a Europa quanto os Estados Unidos, e enquanto este se esforça por minorar o problema dos Produtores de bens primários, que através da ajuda externa, que pela promoção de acordos de produtos de base, como o do café, os países da Europa Ocidental se comportaram omissa ou timidamente, seja no que diz respeito à ajuda creditícia, seja no que tange à melhoria das oportunidades de comércio dos países subdesenvolvidos. A finalidade não é a de insinuar que existe uma obrigação moral de parte dos países industrializados de restituir a diferença de preços, embora isso pudesse consultar os seus próprios interesses, da mesma forma que, internamente, na maior parte dos países industrializados, os preços dos produtos agrícolas são protegidos, com vistas na manutenção de mercados para bens industriais e para evitar desigualdades de renda, socialmente dolorosas e politicamente perigosas.

Tudo dito e posto, a verdade é que pouca justificativa existe para uma atitude orgulhosa e dogmática de parte dos países prestamistas, como se a inflação e as dificuldades de balanço de pagamentos da América Latina, resultassem meramente da falta de fibra ou de propensão viciosa, e não fossem sintomas de um esforço angustioso, em face de clima comercial adverso, da impaciência dos consumidores e de confusas aspirações pelos frutos do progresso, antes que a árvore do desenvolvimento tenha amadurecido.

A face cambiante da América Latina é referta de paradoxos. Alguns dos países, relativamente estáveis na superfície e capazes de manter uma disciplina financeira satisfatória, podem entretanto esconder elementos explosivos; enquanto países menos disciplinados, embora exibindo a perturbação superficial característica das sociedades pluralísticas de difuso poder, podem ser dotados de maior resistência e força duradoura.

Os critérios cruciais consistem em verificar se as massas estão sendo conduzidas a uma crescente participação no processo político, se as áreas de promoção social excedem as áreas de rigidez, e se a taxa de desenvolvimento é suficiente para interessar os grupos mais dinâmicos no progresso através do processo de negociação, em vez da cirurgia da revolução.

Esses fatores, muito mais do que as avaliações bancárias sobre capacidade de pagamento, estabilidade de preços ou disciplina orçamentária, tão obsessivamente inspecionadas pelas agências de empréstimos em Washington, é que vão determinar, em última análise, a viabilidade política e econômica da sociedade.

Não nos devem perturbar as convoluções, muitas vezes hesitantes e perplexas, do processo democrático, mesmo que ocasionalmente viciadas pela demagogia e por políticas econômicas aparentemente mal dirigidas. Isso porque a história de nossos dias vem provando que as revoluções comunistas só têm vencido quando projetadas contra Estados autoritários, onde o acesso ao poder é privilégio de uma classe ou de um grupo. (A Checoslováquia constituiu exceção, mas a sua revolução foi imposta de fora). As democracias, mesmo quando pobres e imperfeitas, têm conseguido sobreviver, porque nunca apresentaram um alvo suficientemente rígido para permitir o êxito de um impacto revolucionário.

Tendo ouvido nos últimos meses, tantas funestas predições de caos na economia brasileira, e exortações variadas sobre fórmulas salvadoras, confesso não poder resistir à tentação de concluir meu discurso por onde o começara — relebrando a fustigação da plataforma populista à esperada catástrofe econômica e à desintegração política dos Estados Unidos em fins do último século.

Não confundamos uma perspectiva **histórica**, que nos pode trazer receitas de sabedoria, com uma perspectiva **histérica** que nos pode levar a decisões irrascíveis e envenemar as fontes de entendimento.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

POLITIKA

10

linha kruzada

Aurélio Buarque de Holanda

M e M

ANTOLOGIA DO PADRE THOMAS MERTON

Quando na vida não há mais risco nem sonho, não é mais vida.

●

Coisa alguma é tão nociva à Igreja como o fanatismo. E isto, precisamente, porque produz **erstz** de fervor e de unidade cristã.

●

O fanatismo nunca é realmente espiritual, porque lhe falta a liberdade. Não é livre porque não é esclarecido. Não é capaz de julgar entre o bem e o mal, a verdade e a falsidade, pois a prevenção o torna cego.

●

O poder nada tem a ver com a paz. Quanto mais os homens constroem a potência militar, tanto mais violam a paz e a destroem.

●

Toda linha partidária deforma a doutrina que pretende preservar.

●

A ação não é governada pela razão moral e sim pelo expediente político e as exigências da técnica — convertidas em simples fórmulas abstratas de propaganda.

●

Nossa submissão a mentiras plausíveis e úteis nos envolve em maiores e mais evidentes contradições, e para escondê-las a nós mesmos precisamos de mentiras mais colossais e menos plausíveis.

●

Os homens bem-pensantes são gerentes, líderes, mas nenhum deles é pensador. Assim, pode-se acreditar neles. Podem justificar qualquer caminho errado e fazer que pareça este o **único**. Tudo podem justificar, mesmo a destruição do mundo.

●

O marginal é necessário para tornar o quadrado impecavelmente respeitável.

●

A democracria não pode existir quando os homens dão preferência a idéias e opiniões para eles fabricadas.

●

A Inquisição (que a ninguém castigava, mas entregava as vítimas ao poder secular para que fossem punidas) proclamava ferir o corpo para salvar-lhe a alma.

O terrorismo totalitário exige duro sacrifício no presente em favor do futuro. Em ambos os casos, a autoridade é impropriamente entendida: sua brutalidade declara-se justificada pela asserção falaz de que o poder salva o homem. E, ainda, que a submissão servil ao poder seja necessária, tanto para a salvação da alma do homem, como para a criação de uma sociedade justa. O que importa não é homem, mas o poder.

O fariseu é um homem correto cuja correção se alimenta do sangue dos pecadores.

●

Hoje em dia existe pouquíssima liberdade verdadeira, seja onde for, porque todos estão prontos a sacrificar sua liberdade espiritual em favor de um tipo inferior. Compromete-se a integridade pessoal (liberdade espiritual) por amor da segurança, da ambição, do prazer, ou simplesmente para ficar em paz.

●

Comparem nosso mosteiro e a fábrica da General Electric na cidade de Luisville. Qual das duas instituições será a mais séria e mais **religiosa**? Poder-se-ia ser tentado a dizer, simplesmente por hábito, o **mosteiro**. Entretanto, a seriedade religiosa do mosteiro assemelha-se a um diminuto jogo de **baseball** em comparação com a seriedade da General Electric mais na linha de uma vasta Confederação. Pode, de fato, ocorrer a muitos, inclusive aos monges, duvidar do que ele representa.

Quem duvida da GE?

●

A verdadeira violência exercida pela propaganda é esta: por meio de verdade e de razão aparentes, induz-nos a entregar nossa liberdade e nossa autopossessão.

●

Ontem ofereci a Missa pela nova geração: os poetas novos, os que lutam pela paz e os direitos civis e por meus noviços. Há em muitos deles uma qualidade peculiar de verdade que os quadrados mais velhos abandonavam nas horas de segurança de bem-pensantes e de não engajados. Deus nos preserve de nos tornarmos homens **bem-pensantes** — isto é, homens que concordam perfeitamente com a polícia do bairro . . .

A verdadeira solidão está profundamente consciente das necessidades do mundo. Não mantém o mundo à distância.

●

A Igreja militante: A Igreja que **luta**. A Igreja que luta contra o quê? Ora, o comunismo, de certo. Que mais?

A Igreja que luta **somente** contra o comunismo ou algum outro sistema político que lhe é hostil deixou de ser militante.

●

A mãe de todas as mentiras é a mentira que persistimos em dizer a nós mesmos sobre nós mesmos.

●

Na política, como em tudo o mais, o farisaísmo não é apenas ser correto, mas é, ainda, a convicção de que para estar certo basta provar que alguém está errado.

●

A Europa representa a liberdade, a diversidade, o autoconhecimento, a sofisticação, o personalismo, a criatividade. A mente européia é ativa, sutil, crítica, orgulhosa, tem iniciativa e espírito de aventura. É ao mesmo tempo romântica e cínica, rebelde e disciplinada, terna e sem escrúpulos.

1

O acadêmico Aurélio Buarque de Holanda acaba de ganhar em primeira instância na Justiça de São Paulo o processo que move contra a *Editora Abril*, por ter usado seu nome como autor de uma obra da qual é apenas supervisor.

O Juiz julgou precedente a ação, estando em fase de apuração os prejuízos e lucros cessantes para aplicação da sentença.

Aurélio Buarque de Holanda inicou também processo na Justiça da Guanabara contra uma empresa fabricante de fórmica, que divulgou ym anúncio em que dizia: *Mestre Aurélio, desculpe, mas desta vez você errou.*

Nem Rio nem Niterói

Os ministérios da Fazenda e Planejamento voltaram a estudar a viabilidade econômica da fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro. Os técnicos afirmam que não existe nada de especial, mas apenas é preciso atualizar os estudos que já tinham sido feitos. Uma coisa, na parte administrativa é certa, caso se concretize a fusão, a capital decorrente dos dois estados não será a Guanabara nem Niterói. Há uma grande corrente defendendo Friburgo ou Teresópolis, mas por enquanto não há nada concreto.

2

The Economist publicou na semana de 2 a 8 de setembro um suplemento de 80 páginas (matéria paga) sobre o Brasil. Saiu encartado entre as páginas 42 e 43, como parte do acordo feito pelo ministro Delfim Neto, em junho, quando de sua ida a Londres para o lançamento do Eurobraz (assim mesmo com z) o banco multinacional com capitais do Brasil, bancos norte-americanos, alemães, belgas e de Luxemburgo. O jornal londrino havia atacado rudemente o milagre brasileiro e dos entendimentos entre o ministro brasileiro e os editores ingleses resultou este suplemento de 80 páginas mostrando o milagre sob um outro campo ótico. Palavra empenhada, palavra cumprida.

Cadeira vazia

A cadeira de Alceu Amoroso Lima, na Academia Brasileira de Letras, ficou vazia por ocasião da recepção ao primeiro-ministro português Marcelo Caetano.

O gesto do grande líder católico foi inspirado em sua repulsa ao colonialismo luso na África.

Recordando Santa Rosa

O nome de Santa Rosa é hoje completamente ignorado pelas novas gerações. Desenhista, pintor, crítico de arte, sua presença no Rio ocorre a partir de 1932, onde passa a exercer uma atividade intensa em quase todos os domínios do movimento artístico brasileiro. Com José Olympio inicia o trabalho de reformulação do livro, procurando aperfeiçoar sua apresentação gráfica. Na imprensa, exerce a função de crítico de artes plásticas. No teatro, inova a cenografia. Como pintor, contribui para a afirmação das tendências modernas.

Santa Rosa faleceu em Nova Deli, quando ali se encontrava como membro da delegação brasileira à reunião da UNESCO. Isto faz exatamente quinze anos. Agora seus amigos, tendo a frente o embaixador Roberto Assumpção, iniciam um movimento no sentido de reabilitar a obra por ele deixada e que, inexplicavelmente, caiu no esquecimento.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

POLITIKA

11

linha kruzada

M e M

John Kennedy

3

Da baboseira publicitária com que as empresas tentaram faturar os 150 anos da Independência, pouca coisa restou. Quase nada. Os anúncios dos jornais nas edições do dia 7 de setembro constituem excelente material para um congresso, que deveria haver, da publicidade no Brasil. Proposta de tema central: — **De como a publicidade brasileira enlutou as comemorações dos 150 anos da Independência** .

Claro que houve exceções. Sempre as há, como diria o Patriarcm José Bonifácio, este sim, competente publicitário da liberdade. Ficam aqui nossos parabéns à JMM que, em despretensioso anúncio de **Palheta Cafés Finos**, fez a melhor frase da propaganda particular:

— **Na hora de decidir, ele ficou com a gente** .

E, também no melhor texto, a JMM lembrou o dado fundamental de Dom Pedro I, que lhe perdoa as muitas bobagens feitas e acentua a importância de sua virada, passando de repente a fazer a jogada de José Bonifácio contra as jogadas das cortes de Lisboa:

— **Ele tinha só 23 anos. Um jovem. Como os milhões que existem hoje no país que ele libertou. Ele era gente. Gostava de música. E fazia música. Gostava de alegria. E não perdia um baile. Gostava do amor. E amava. Mas, antes de tudo Dom Pedro foi livre. Por isso um dia ele teve que escolher. E ficou com a gente** .

Em um país de 60% de jovens, em que muitos velhos (nem todos, Deus seja louvado!) gostariam de riscá-los do mapa e das estatísticas, é bom recordar que Dom Pedro tinha 23 anos quando decidiu. Moral da História (da nossa história): **— os jovens podem decidir aos 23 anos.** Não acham, magníficos reitores das magníficas universidades? Não acha, doutor Filinto, o Müller?

4

Dos jornais: — "Filinto Müller não recusa missão". Desde 1937.

5

A **Veplan** também fez anúncio sesquicentão. Para dizer que **imbuída da mística faz um apelo: que cada brasileiro dedique uma oração . . .** pelos bons negócios da dupla Perez-Jabour. Mesmo os ilegais, como o edifício da rua da Quitanda.

Mas genial mesmo na mensagem é quando eles dizem que fundaram a Veplan **em dezembro de 1963** porque já se **pre**nunciava a **Revolução que veio colocar o Brasil no rumo certo** e a **Veplan confiou, desde o início, no acerto das medidas saneadoras tomadas desde então. E pôde assim colher os frutos generosos.**

Modéstia da **Veplan: Frutos generosos**, não, generosíssimos. Tanto mais quanto foi ela a única empresa brasileira que, **em dezembro de 1963 sabia que a Revolução de 31 de março de 64 viria colocar o Brasil no rumo certo**. Vá ser bem informado assim na CIA.

O que a **Veplan** não explicou bem foi o **desde então**. Ela saúda **o acerto das medidas saneadoras tomadas desde então**. Desde então, quando? Desde dezembro de 63 ou março de 64?

Cuidado com o texto, doutores. Por cuidar pouco dele é que VV.EE. estão encalacrados na **CPI** do **Ninho das Águias** (ou será **ninho dos águias?**).

A primeira homenagem

O deputado José Maria Duarte, do MDB carioca, famoso por sua passagem no gabinete do Sr. Virgílio Távora, quando ministro da Viação, lá pelos idos de 1962, quando fez nada menos de 17.400 nomeações num passe de mágica — sua especialização — falando na solenidade em que a Assembléia Legislativa homenageava o Sesquicentenário da Independência, afirmou: "Esta Assembléia, *pela primeira vez*, homenageia o Sesquicentenário". Os convidados e deputados fizeram muito esforço para não soltarem uma gargalhada. Era o retorno da Assembléia Legislativa aos tempos gloriosos da Gaiola de Ouro.

A História dos Arigós

No centenário da Independência, em 1922, os historiadores portugueses editaram um livro clássico, verdadeiro monumento historiográfico: — **História da Colonização Portuguesa do Brasil** , *em três volumes, sob a direção e coordenação de Carlos Malheiros Dias. Até hoje está aí, nas bibliotecas, como obra básica da história brasileira, sobretudo pela riqueza de documentos até então inéditos e pelo bom gosto editorial.*

Meio século depois, o Brasil se movimentou para comemorar os 150 anos de Independência. E é incrível que de toda a badalação não tivesse saído um só livro novo importante sobre a história do Brasil. No Itamarati, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os Institutos Históricos dos vários Estados se reuniram em um congresso específico, do qual muito se deveria esperar: — **Congresso da História da Independência do Brasil** .

Salvo algumas raríssimas exceções de uns poucos estudiosos e professores, que apresentaram duas ou três **comunicações** *com pesquisas novas, o congresso virou logo um simpático encontro de simpáticos velhinhos saltitando felizes com um turismozinho sesquicentão e bem remunerado. Mesmo assim, um ilustre político aposentado e professor de Direito de São Paulo, fantasiado de historiador para fins histórico-turísticos, ficou decepcionado porque a direção do congresso se negou a pagar as diárias de sua mulher no hotel. Por pouco não voltou para São Paulo e o Rio perdia, por alguns dias, a presença excelça do autor de "A Instrução Moral e Cívica e sua Utilidade", livro muito manuseado entre 1937 e 1945.*

Quem entrasse desprevenido no salão de reuniões, teria a impressão de estar vendo ali **o objeto** *do congresso e não seus* **sujeitos.** *Aqueles doces velhinhos muito simpaticozinhos pareciam o tema e não seus pesquisadores. Os jovens mestres praticamente foram cassados pelos proprietários da história e da pesquisa histórica.*

Resultado. Aconteceram coisas assim, para citar apenas duas:

1) O dr. Reynaldo Kuntz Busch, do Instituto Histórico de São Paulo, apresentou tese sob o título: — **Por que a Independência foi proclamada em São Paulo?** *Conclusão da tese do dr. Kuntz Busch:*

— **Porque São Paulo estava predestinada a servir de palco ao gosto viril de Dom Pedro, segundo revelação do espírito de Humberto de Campos, através da mediunidade psicográfica** .

Foi um vexame. O presidente da "Comissão de História Política", dr. Roberto Piragibe da Fonseca, preferiu ser ele mesmo o relator e deu o seguinte parecer:

— **Personalíssima e particularmente ousada a tese, como se percebe. São dignos de reflexão os pontos de vista em que o autor se situa.**

E, discretamente, mandou jogar a tese na lata do lixo, para impedir que algum cochilo a leve aos anais do congresso. E nós, que não temos nada a ver com as preferências do dr. Busch, ficamos em dúvida se foi mesmo o espírito de Humberto de Campos quem contou a ele que **o gosto viril** *de Dom Pedro preferiu São Paulo, ou se não foi o espírito da Marquesa de Santos,* **et pour cause** *mais entendida no grave problema histórico.*

2) Mas não foi só isso. No fim do congresso, quando chegou a hora das puxadas oficiais, ou seja, das moções de congratulações, um grupo encaminhou moção à mesa condenando o excelente historiador e acadêmico Barbosa Lima Sobrinho **por haver criticado Dom Pedro I em artigos no Jornal do Brasil.**

Pedro Calmon, presidente do Instituto Histórico e Geográfico e, no momento, presidente da reunião, teve o primeiro gesto de bravura de sua amaciada vida pública: montou no ginete de uma avermelhada indignação e, lembrando o gesto do seu glorioso antepassado, gritou:

— **Aqui somos pela liberdade de pensamento. Liberdade ou lixo!**

6

José Bonifácio, o Patriarca da Independência e, de direito e de fato, o dono da festa, foi uma figura tão marcante que, ainda agora, nas comemorações dos 150 anos da Independência, consegue ser o herói de todos os brasileiros. Dos que estão aqui dentro e dos que lá estão fora. Porque, entre outros títulos, é ele *o patrono dos exilados*, **como primeiro grande exilado do Brasil como nação independente.**

Vamos à *Enciclopédia Delta-Larousse*, **esse presente de cultura que a erudição universal e a probidade intelectual de Antonio Houaiss nos deram:**

— O grito do Ipiranga (7 de setembro) foi na verdade o arremate deste processo de emancipação, do qual José Bonifácio foi o grande Patriarca. A hostilidade suscitada pelo rigor com que atuava no governo levou o Imperador a interferir, o que ocasionou o pedido de demissão de José Bonifácio e de seu irmão Martim Francisco, seu companheiro de ministério (outubro, 1823). Movido, ao que parece, pelos Andradas, o povo se amotinou exigindo-lhes a volta ao governo. Dom Pedro I cedeu, mas a continuação da tensão entre os Andradas e seus adversários políticos acabou levando à dissolução da Constituinte (novembro de 1823). José Bonifácio, acompanhado de seus irmãos e alguns partidários, foi deportado para a Europa, ali permanecendo até 1829. Regressando ao Brasil, foi residir na ilha de Paquetá.

Fogo kruzado

"Os jogos Olímpicos são o espelho da situação sócio-política de uma nação" (John Fitzgerald Kennedy).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

POLITIKA

12

bacia das almas

A eficiência do título

Seguia o presidente Médici para São Paulo, semana passada, para participar dos festejos do Sesquicentenário. O governador Chagas Freitas, como faz costumeiramente, dirigiu-se apressado ao Galeão para apresentar cumprimentos ao chefe do governo. Ocorre que chegou atrasado, e já o **One Eleven** *presidencial taxieava na pista para levantar vôo, e assim o helicóptero com o governador não pôde pousar, até que o aparelho presidencial chegasse à cabeceira da pista.*

O impressionante, entretanto, foram as explicações de sua pomposa **Coordenação de Comunicações**, *tão bem dirigida pelo Thassilinho. Já ao meio dia explicava que o governador não tinha podido se despedir do presidente porque o tráfego estava ruim, e mesmo utilizando o helicóptero não fora possível chegar à tempo no Galeão. Eficiência Thassilinho, eficiência, não foi por outra razão que o Chagas lhe deu tão pomposo título.*

Editorial - 1

— A questão é: vale a pena o Brasil crescer como está crescendo? Haveria incompatibilidade entre o processo que se está experimentando (crescimento acelerado da economia) e os objetivos de um desenvolvimento ambicioso de frutos políticos, sociais, culturais e ecológicos?

1 — "Se a pergunta se referir às taxas de crescimento, a resposta é, obviamente, positiva. É impensável aumentar o bem-estar geral e diminuir a miséria sem acelerar o ritmo de crescimento. Não nos esqueçamos de que boa parte da população do país vive em condições de miserabilidade. Se, entretanto, a pergunta se referir ao modo pelo qual se está acelerando o crescimento, tenho sérias reservas a fazer. Há pelo menos dois fatores que a meu ver destorcem os efeitos do crescimento. O primeiro é a concentração da renda, como também é óbvio. O segundo é o endividamento externo. Por trás desses fenômenos está a estrutura da economia brasileira. Por mais que análises apologéticas tentem apresentar ângulos novos de análise, supostamente mais dinâmicos, continua sendo decisivo para avaliar as condições do desenvolvimento brasileiro tomar em consideração as desigualdades sociais e regionais que continuam caracterizando a sociedade brasileira.

2— Por certo, é mais fácil tentar corrigir estas desigualdades numa economia em expansão do que numa economia estagnada ou com índices débeis de crescimento. Mas para corrigir estas distorções é necessária uma **vontade política.** Tem-se apregoado no Brasil a tese cediça de que o jogo do mercado, em condições de expansão econômica, corrige as desigualdades. Ou então, numa versão mais moderna da velha tese, que a igualdade de oportunidades, principalmente educacionais, corrige as mesmas distorções. Este raciocínio é apenas formalmente correto. Substantivamente, é preciso considerar que, apesar do enorme esforço representado pelas lutas sindicais e pelas pressões governamentais, na Inglaterra, na Europa Ocidental ou nos EUA, a dinâmica da expansão capitalista é tão fortemente concentradora de renda que aqueles países mal conseguem manter um padrão menos injusto de distribuição da riqueza. Com mais forte razão, nos países como o Brasil, nos quais a desigualdade social e econômica sempre foi muito forte, desde a partida do processo de crescimento só com decidida vontade política se consegue evitar a hiperconcentração. Convém acrescentar que esta desigualdade se baseia na má distribuição da propriedade e não apenas na desigual percepção da renda, posto que esta, até certo ponto, depende daquela. E a distribuição da propriedade sempre foi pior no Brasil do que, por exemplo, nos EUA.

3. — Da mesma forma quanto ao argumento da educação. É certo que os mais educados ganham mais do que os menos educados. Mas o problema real está em verificar as chances escolares que têm os filhos das famílias de pais analfabetos ou com baixo nível de educação, em comparação com os que nascem em famílias de nível cultural mais alto. Ver-se-á que, em outra vez, existe uma relação forte entre renda alta dos pais e educação alta e, por conseqüência, cai-se no estilo de desigualdade anteriormente assinado. Agora, a vontade política de transformação dificilmente pode surgir de uma atitude paternalista, encorajada por uma elite esclarecida. Foram raros os exemplos na História de processos desse tipo. **A vontade política** a que me refiro necessita do sopro da liberdade e da participação consciente dos grupos da base da pirâmide social. Requer, por exemplo, que os sindicatos possam fazer pressão e opinar na determinação dos níveis de salário e que os governos sejam responsáveis perante uma sociedade politicamente ativa.

4—Quanto ao segundo fator de distorção mencionado, o endividamento externo, não desejo mais do que indicá-lo como símbolo de um padrão de desenvolvimento que me parece negativo. No fundo, o importante a assinalar, no caso, prende-se à questão da dependência estrutural. A discussão está em primeiro lugar em saber se o padrão de desenvolvimento adotado produz ou não um gargalo tecnológico que faz com que a parte mais rentável da produção industrial e mais dinâmica fique sob controle dos consórcios internacionais. Em segundo lugar é preciso verificar se o conjunto da economia (independentemente do investimento direto dos consórcios internacionais no mercado interno) está ou não se comportando de modo a reproduzir e ampliar os liames de dependência financeira. É nesse ponto que o endividamento externo interessa a nossa discussão.

5 — Convém esclarecer que em si mesmo dever não é um mal. Entretanto, o fato de que o crédito do país aumenta no exterior é uma faca de dois gumes. Os credores necessitam de bons devedores. A manutenção da característica de bom devedor, obriga o país a exportar cada vez mais para obter os recursos com que pagar as dívidas. Isso, dir-se-á, é prova de vitalidade e de desenvolvimento. Por certo, à prova de que a vantagem relativa que permite a exportação não assente no efeito da mão-de-obra barata sobre o custo das mercadorias de exportação. Se, entretanto, se verificar a última hipótese, a corrida à exportação levará congenitamente um risco de perpetuação de má distribuição interna da renda. É isso que eu temo que esteja acontecendo no Brasil e que a mera divisão internacional do trabalho nos assegure uma posição perversa de exportadores de matéria-prima e produtos industrializados que incorporem as vantagens do uso extensivo da mão-de-obra barata.

6 —Objetivamente eu não nego que o atual surto de crescimento criou condições para a elevação do padrão de vida da população. Trata-se, portanto, de dar o salto político para permitir que essa possibilidade se transforme em realidade. Não creio que nos quadros de um regime político fechado — por melhores que sejam as intenções dos técnicos e dos donos do poder — se alcance este objetivo. Mesmo porque, como disse antes, persistem as causas estruturais que o entravam.

7 —Acho que medidas favoráveis à reforma agrária (embora não conheça o projeto do Proterra em seus detalhes e, especialmente, quanto a seu efeito prático real) não são uma superfetação. Mesmo que seja válido o raciocício dos economistas de que para o crescimento econômico a concentração de esforços nos "pólos de desenvolvimento" é mais importante do que qualquer "política social", para o povo e para a integração do país é útil e necessário atacar os entraves estruturais que a concentração da propriedade da terra representa.

8 — Não penso que o desenvolvimento acelerado seja incompatível com o bem-estar social da maioria e com os valores tradicionais de liberdade. Trata-se apenas de, em vez de elevar exponencialmente o bem-estar das minorias, distribuir melhor os frutos do progresso técnico e da acumulação, evitando, pelo menos, que os ganhos líquidos de cada ano sigam pauta antiga de uma apropriação destorcida pela distribuição desigual da propriedade.

9. — Evidentemente, em qualquer tipo de processo de crescimento, é preciso acumular. Mas é possível criar condições que assegurem uma distribuição mais equânime dos frutos dessa acumulação. O risco real no Brasil é que a defesa à **outrance** do princípio sagrado da acumulação se faça com argumentos **realistas** sobre a necessidade de acumular e com a promessa utópica de que por si mesmo o crescimento econômico e o mercado redistribuirão para todos, no futuro (longínquo . . .) os benefícios dos sacrifícios presentes. Isto não ocorrerá sem as medidas e a vontade política que conduzem o processo nesta direção.

10. — É possível e desejável compatibilizar altas taxas de crescimento com a existência de sociedades abertas. A questão básica está em permitir que a sociedade se organize e comece a atuar, independentemente da vontade e dos controles dos grupos que manipulam o Estado, e que se criem contrapesos institucionais para impedir que as pressões irrefreadas de alguns perturbem o interesse da maioria. Mas convém lembrar que esta última possibilidade, pelo menos no que se refere às questões que indiquei acima, ocorrem com mais frequência nas sociedades fechadas. Nestas últimas, na medida em que o segredo suposto como necessário para preservar as razões do Estado leve à asfixia da informação, assume ares de normalidade, é mais fácil que grupos de interesse privativistas manobrem em prejuízo da maioria. Seria necessário fazer alusões nesse exato momento à possibilidade deste tipo? Tanto o campo político como o econômico estão férteis de exemplos.

11.— A liberdade a a ativação da sociedade parecem-me, ao contrário do que pensam os defensores do totalitarismo, essencial para que o desenvolvimento se processe sem as distorções sociais. E mesmo no plano estritamente econômico, o fortalecimento das tendências ao estado policial pode levar a desastres econômicos. Na URSS muitos cientistas têm protestado por mais liberdade e têm mostrado como sua ausência levou a erros de enormes repercussões econômico-tecnológicas, como foi o caso no campo da genética e suas repercussões sobre a agricultura e no caso das reservas oficiais à cibernética, que levou ao atraso no terreno da computação.

12.— A gravidade do que ocorre nas situações em que prevalece o autoritarismo, como no Brasil, é que os desmandos e os erros só se tornam conhecidos **depois de ocorridos.** Às vezes o próprio Governo fica enredado nas malhas da verdade oficial e quando se rompe a bolha de ar da propaganda os prejuízos já ocorreram. Assim, reafirmo, eu colocaria o problema da sociedade aberta, da ativa participação dos cidadãos na definição de objetivos nacionais e no seu controle, como um valor prioritário para permitir que o crescimento econômico ocorra sem as distorções a que está normalmente sujeito quando se dá num contexto de autoritarismo e ditadura."

(Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, diretor do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento. Transcrito do **Jornal do Brasil)**

Editorial - 2

"Jamais defendi a tese de que a Revolução seja infalível ou seus governos não errem. A tese que defendo é a de que toda revolução vitoriosa tem o direito de praticar atos considerados indispensáveis à sua defesa. Se não são atos jurídicos, ainda assim são atos legítimos como expressão da força revolucionária. Sempre foi assim. Eu mesmo fui membro do Clube 3 de Outubro, que defendia um curso drástico para a Revolução de 1930. Isso não impediu que, mais tarde, como Senador, eu votasse medidas corrigindo injustiças que então se praticaram. Toda revolução pratica injustiças, que são corrigidas mais tarde. Também agora terão ocorrido injustiças, que serão reparadas com o tempo." (**Felinto Muller,** *doutor em injustiça).*

A morte de Valmir

A propósito da notícia, publicada no "Jornal do Brasil" e transcrita nesta página, sobre a morte de Valmir de Jesus Carvalho Meira, seus familiares esclarecem que houve um equívoco daquele diário e, por conseqüência, também nosso.

Valmir estava em São Paulo, a serviço profissional, quando sua família foi informada de que ele estava doente lá. Sua mulher e seu sogro foram a São Paulo e o trouxeram para o Rio. E foi sua própria mulher quem o levou ao Hospital da Ordem Terceira da Penitência, na Tijuca, do qual Valmir era sócio, e onde alguns dias depois veio a falecer.

Tratou-se, assim, de um equívoco.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

POLITIKA 13 bacia das almas

A valorização do conferentista

O ministro Delfim Neto, da Fazenda, falará, no próximo dia 20 em Londres, no Seminário promovido pela Câmara de Comércio e Indústria de Londres. Até aí nada de mais. O importante nesta nova viagem do titular da Fazenda do Brasil é que a lotação do auditório já está toda vendida por antecipação, ao preço de 25 libras esterlinas **per capita**, ou seja cada assistente pagará nada menos que 390,00 cruzeiros para ver Delfim falar.

O nosso ministro da Fazenda, desta forma, se converte no mais rentável produto de exportação brasileiro. Que o nosso ministro vá a outros países e que cobre bem alto pelo seu **know-how**. Afinal Hermann Kahn também cobra bem alto por suas conferências.

Nelson, o morto-vivo

Nélson Rodrigues, o teatrólogo que conseguiu sucesso explorando o sexo e o sado-masoquismo de meia dúzia de imbecis, trabalha, atualmente, em **O Globo**, onde conta suas memórias. E, a cada dia, elas representam mais um passo em direção ao masoléu, onde Nélson já deveria estar e que, por um desses descuidos do Deus a quem ele tanto bajula, continua em pé.

Pois bem. Depois de apresentado, vamos ao que interessa. Semana passada, Nélson Rodrigues fez uma crônica (?) sobre o jogo entre Boris Spassky e Robert Fischer, pelo campeonato mundial de xadrez. Ainda. E vejam, então, como ele está atrasado, no espaço e no tempo. Dissemos crônica, mas deveríamos ter dito **cômica**. Porque foi uma piada.

Após falar sobre amigos que visitaram a União Soviética e outros que não a visitaram, mas não a suportam. Depois de falar sobre terrenos baldios e cabras vadias – uma fixação freudiana. Depois de dizer, em meia página, uma série de baboseiras, chegou a uma **brilhante** conclusão: **a vitória de Fischer foi a vitória do homem livre sobre o escravo**.

É, gente, Nélson Rodrigues é um homem que pode falar em liberdade, realmente.

Editorial - 3

"José Bonifácio aplicou-se aos fatos para extrair deles a essência e assegurar-lhes a continuidade no rumo dos ideais que o inspiravam. Entre esses fatos estava a identidade psicológica de Dom Pedro, um dos dados que soube acionar como peça mestra da sua construção política.

Pouco depois os Andradas iriam se ferir de encontro às arestas do temperamento imperial, mas já então a obra estava feita e se afirmava como um episódio irreversível da História.

O importante é que o Patriarca tivesse tido no momento certo a visão exata do panorama e das pessoas que enchiam a cena e tivesse sabido movimentá-las como as pedras de um jogo cuja perfeição se tornou patente. Sua ação deu-lhe direito de ser o patrono da política brasileira e de ter desde então dignificado uma atividade que nem sempre tem sido exercida através dos tempos no nível de competência e de honradez com que a exerceu.

Neste Sesquicentenário da Independência a atividade política não cessou, pois a política jamais cessa. Ela é o Estado em ação, inerente portanto à existência do poder público. Seu comando todavia transferiu-se e provisoriamente ela deixou de ser exercida na forma e pelos meios em que nos tempos normais se efetiva. Os que a praticavam desapareceram ou se submeteram como as instituições que eles não tinham sabido compor com sabedoria e conduzir com ânimo forte.

Nem por isso se deve deixar de reconhecer que a política é atividade nobre e responsável e que, algum dia, ela voltará a ser praticada não somente como instrumento de promoção da ordem e do progresso econômico do país mas também e sobretudo como meio de promover a liberdade, a segurança e o bem-estar dos cidadãos." (**Carlos Castelo Branco**, doutor em política).

Os vírus de luxo

Uma pesquisa feita no Rio Grande do Sul pelo Departamento de Saúde Pública de Porto Alegre constatou que nos bares de primeira categoria e os de luxo da capital não havia a necessária higiene. E vejam o alarmante: oitenta por cento dos estabelecimentos apresentavam copos e xícaras em que foi constatado um super-faturamento de **estafilococos**, vírus responsável por inúmeras infecções. Agora vejam bem: isto aconteceu nos bares considerados de primeira categoria e nos de luxo. Imaginem nos de segunda, terceira ou quarta categorias e nos botecos em que a gente toma o **cafezinho nosso de cada dia**. Haja saúde. Haja brasileiro doente. Haja morte. E, principalmente, haja irresponsabilidade.

Uma lição de Hitler

Contra o terrorismo, somente o terrorismo é eficaz. (Adolf Hitler, em *Mein Kampft)*

Editorial - 4

1 – "Valorização do trabalho humano, com melhoria das condições salariais e proporcional à realidade econômica imperante no país, permitindo ao trabalhador progredir e elevar-se em nível."

2 – "Participação dos trabalhadores na elaboração e estudos das decisões que tenham repercussão nas estruturas econômica e social da nação."

3 – "Autonomia e segurança para os órgãos representativos das categorias profissionais."

4 – "Participação direta e efetiva dos trabalhadores nas discussões e deliberações dos problemas que sejam de interesse público."

5 – "União de todos os trabalhadores em torno de suas respectivas lideranças, prestigiando seus sindicatos, perfeitamente conscientizados da responsabilidade que lhes está confiada, lutando pelos princípios da lei e da ordem, sempre buscando condições para a paz e o progresso, dignificando o ser humano."

(**Carta do Recife**, aprovada pelos participantes do III Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário, transcrito do **Jornal do Brasil**).

O olímpico protesto

Durante as Olimpíadas de Munique, a **TV-Globo** transmitiu boletins diários, muito bem narrados por **Júlio Delamare** — parece que este é o nome, se não for, desculpem-nos. Na quinta-feira passada, no entanto, o moço cometeu um erro triste. Realmente fora de qualquer perspectiva histórica e política. Simplesmente imbecil.

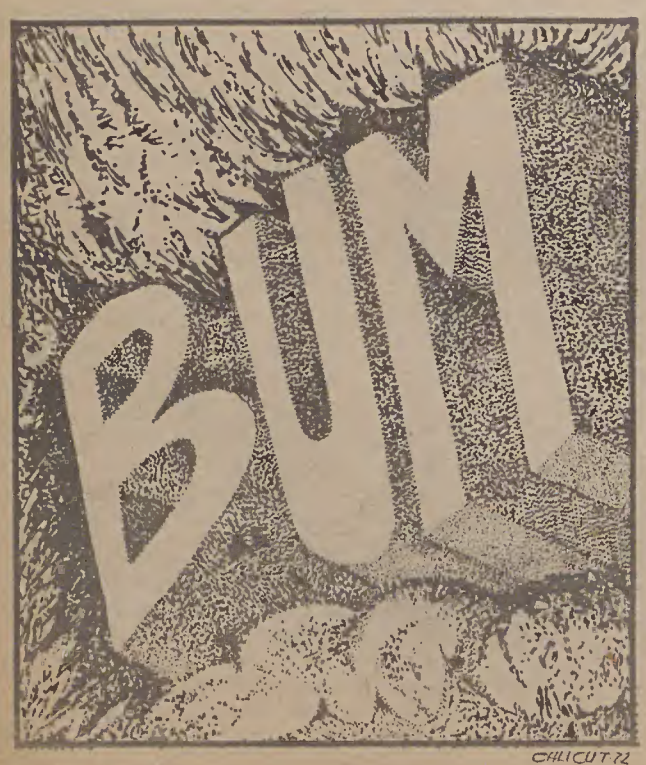
Dois corredores norte-americanos, pretos, venceram a prova de quatrocentos metros rasos. E foram ao **podium** para receber suas medalhas. Elas, as medalhas, lhes foram entregues por um senhor branco, entrado nos anos e de aparência suave. Enfim, o estereótipo do norte-americano médio, talvez o maior inimigo dos negros no país.

Os corredores receberam suas láureas. De forma displicente. Como se aquilo lhes custasse um esforço maior que o dispêndido na corrida. Um deles sequer colocou as calças do protetor. E quando o hino norte-americano foi tocado, ambos permaneceram em posição relaxada, sem se preocupar com os protocolos e os ditames de ordem.

E foi o bastante. O locutor da **TV-Globo**, cheio de prúridos nacionalistas, **caiu de pau** neles. Disse-os incontinentes, em posição desrespeitosa, etc e tal. E, para seu espanto maior, eles tiveram a petulância de quebrar o protocolo olímpio. O que, convenhamos, é um absurdo bem maior que a perseguição que os negros sofrem nos Estados Unidos.

Ora, gente, quando vocês colocarem alguém para transmitir alguma coisa em termos internacionais, tenham, pelo menos, o cuidado de que o tal fulano não seja absolutamente alienado. Que ele tenha um mínimo de conhecimento das coisas que estão acontecendo no mundo, a fim de que não considere um episódio como este um desreipeito à Olimpíada.

A não ser que ele considere um respeito à pessoa humana o que os negros sofrem nos Estados Unidos.



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Antônio Houaiss

Santana Neto

Capital e Capitalismo no Brasil

A história do aparecimento do capital e conseqüente desenvolvimento de uma sociedade fundada em bases capitalistas no Brasil tem sido objeto de freqüentes estudos por parte de economistas e sociólogos, tanto nacionais como estrangeiros. Agora é Omer Mont'Alegre que nos traz sua contribuição a respeito.

As raízes desse processo entre nós encontram-se no período colonial, ganhando impulso a partir de 1808, com a abertura dos portos, quando o Brasil começa de fato a participar do fluxo do comércio internacional. A expansão econômica que se inicia a partir daí toma ímpeto ao cessarem as guerras napoleônicas na Europa.

Contudo, tanto com a Independência como depois dela, inclusive com a República proclamada, o País passa a oscilar entre períodos de relativa prosperidade e fases cíclicas de depressão. Os interesses rurais, principalmente da lavoura cafeeira, comandam de fato a economia nacional.

A Independência e a República foram feitas sem que ambos os acontecimentos provocassem alterações profundas na sociedade. Dominada pelos latifundiários, que controlavam o poder político, eram sempre os interesses desta classe que terminavam prevalecendo. Todas as medidas reformistas que visassem alterar a fisionomia tradicional e imobilista do País eram sistematicamente repudiadas.

Nos períodos de maior prosperidade, decorrentes das vantagens auferidas pelas exportações, cresce a demanda interna de bens de consumo. Daí resultam os primeiros surtos de industrialização, maior concentração urbana e o aparecimento de uma classe proletária incipiente. Com a guerra de 1914, a industrialização toma impulso. Mas com o fim do conflito mundial, já agora sob a pressão dos grandes interesses internacionais em jogo, decorrentes da disputa entre ingleses e norte-americanos pelo controle do mercado da América Latina, novas crises iriam ocorrer. Com a alta artificial dos preços do café, a indústria conhece um período de recesso. Só com a crise mundial dos anos trinta, quando surgem grandes dificuldades nas exportações, é que o Brasil, como outros países latino-americanos, amparado por medidas protecionistas, readquire novo ritmo no tocante à diversificação de sua produção, dando ênfase à política de substituição de importações, especialmente na esfera dos artigos de consumo.

A partir de 1930, com a Revolução, com a crise mundial gerada pela Bolsa de Nova Iorque e com a preparação guerreira que se segue à ascensão de Hitler na Alemanha, o Brasil encontra melhores oportunidades para reabrir o processo de aceleramento de seu desenvolvimento econômico. Sob a pressão de uma elite mais esclarecida, ajudada pelas contradições internacionais, torna-se possível a criação da indústria siderúrgica e a exploração e comercialização do petróleo sob controle de capitais brasileiros.

O desenrolar de todo esse processo de crescimento econômico com seus avanços e recuos, seus altos e baixos, é o que procura fixar Omer Mont'Alegre em seu livro *Capital & Capitalismo no Brasil* (Ed. Expressão e Cultura), retomando, assim, o curso de outros trabalhos que o antecederam. Sem perder o caráter de obra de pesquisa, de análise, a que não falta uma visão correta da perspectiva histórica, o autor dá ao trato dos problemas uma linguagem sóbria, de fácil acesso e compreensão mesmo para o leitor comum.

Se há uma falha neste livro, acreditamos que ela se encontra no capítulo final, referente à formação da nova sociedade industrial, que merecia maior atenção, pois é justamente a partir daí que se pode melhor explicar e entender os fenômenos que estão hoje ocorrendo na economia brasileira com suas conseqüências e desdobramentos inevitáveis.

A política econômico-financeira que se seguiu logo após o fim da última guerra, com os debates ocorridos entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin sobre a aplicação das divisas congeladas no exterior (cerca de oitocentos milhões de dólares), a compra das estradas de ferro, a abertura do mercado a todo tipo de importação em detrimento do reequipamento do parque industrial brasileiro, e a ação desempenhada nessa fase pelos ministros Guilherme da Silveira, Corrêa e Castro e Gastão Vidigal, bem que mereciam um capítulo especial, pois trata-se de assuntos pouco debatidos de nossa história contemporânea e que tiveram grande repercussão nos acontecimentos posteriores. Igual reparo pode-se fazer ao estudo dos investimentos estrangeiros e à lei de remessa de lucros tentada no último governo Vargas.

Essas omissões não desmerecem o livro de Omer Mont'Alegre, por todos os títulos uma contribuição valiosa para quantos se interessam por esses estudos.

Síntese histórica do livro

Na bibliografia brasileira não são muitos os estudos referentes à história do livro. A esse respeito conhecemos apenas os trabalhos de Carlos Rizzini – **O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil** – bela edição da Livraria Kosmo Editora, e o livro de Hélio Viana.

Retomando o trabalho iniciado por esses pioneiros e valendo-se das pesquisas de outros interessados no assunto, tanto nacionais como estrangeiros, Barbosa Melo dá-nos agora esta **Síntese Histórica do Livro** como contribuição ao **Ano Internacional do Livro,** instituído pela UNESCO.

Professor de artes gráficas na Escola de Biblioteconomia da FEFIEG, Barbosa Melo, antigo jornalista e editor, reúne a experiência ao conhecimento amplo e rigoroso da matéria. Não sendo, como ele mesmo confessa, um pesquisador, não pretendeu oferecer nenhuma contribuição nova nesse campo. Valendo-se, contudo, de uma bibliografia rica e variada, conseguiu realizar uma obra de grande interesse, não apenas para os estudantes como para quantos se preocupam com os problemas da cultura em geral, pois a história do livro é a própria história do conhecimento humano.

Saint-John Perse

Quando Saint-John Perse ganhou em 1960 o Prêmio Nobel sua poesia era conhecida apenas pelos iniciados. Sua obra não adquirira ainda grande repercussão, embora já apreciada nos meios intelectuais da Europa e dos Estados Unidos. A partir de então tiveram início as reedições e a versão de seus poemas para quase todas as línguas. No Brasil, no entanto, isto só viria acontecer muito recentemente com a publicação de Poemas; edição bilíngue, com tradução de Bruno Palma e prefácio de Antônio Houaiss.

Saint-John Perse é um poeta controverso. Nascido de pais oriundos de família francesa, numa ilhota situada nas Antilhas, foi educado na França, onde terminou ingressando no serviço diplomático. A publicação de seus primeiros poemas, que levam a assinatura de Saint-Léger Léger, foi feita sob patrocínio de André Gidi. Daí por diante inicia uma vida itinerante, sem perder contato contato com a poesia. Com a guerra exila-se nos Estados Unidos, quando escreve **Exil,** *seguido de* **Poème à l'étrangère, Pluies** *e* **Neiges.** *Em 1957, depois de dez anos de ausência, retorna à França.*

Quando Saint-John Perce recebeu o Prêmio Nobel, Salvatore Quasimodo, seu antecessor, fazendo-lhe o elogio mas sem deixar de marcar o caráter controverso de sua obra, diria: **O poeta das Antilhas é um príncipe do decadentismo europeu, um continuador da poesia de Rimbaud na mais estrita tradição francesa. Embora ele não se ache na mesma margem que eu, aperto-lhe de bom grado a mão.**

Apesar das opiniões em contrário, o certo é que, como diz Antônio Houaiss na tradução destes **Poemas, não se poderá ter uma visão da poesia contemporânea universal sem se tomar conhecimento, sem se tomar empatizar com a de Saint-John Perse.** *Daí a importância desta edição bilíngue do autor de* **Eloge** *posta ao alcance do leitor brasileiro por iniciativa de* **Gráfico Edições.**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Sebastião
Nery

Haroldo Veloso

HISTÓRIAS EDIFICANTES

1

Na rebelião de Jacareacanga, o major Haroldo Veloso desceu em Santarém, a mais próspera cidade do baixo Amazonas, encheu o aeroporto de tambores de óleo e ficou entrincheirado lá. Mesmo assim o repórter Oswaldo Mendes, hoje diretor da Mendes Publicidade, saiu de Belém, em um teco-teco, conseguiu descer e foi para a cidade.

Santarém tinha três agências bancárias: Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Caixa Econômica Federal. Os gerentes ficaram em pânico, com medo de o major mandar requisitar os depósitos. Cada um dos três imaginou logo uma solução que pareceu genial: tirar o dinheiro e depositar na agência do outro, para afastar a responsabilidade das próprias costas. Só que se encontraram no meio da rua e o plano tríplice fracassou.

Discutiram, analisaram a situação e decidiram convocar a cidade para ir até o aeroporto implorar ao major Veloso que, se fosse requisitar o dinheiro, deixasse um documento para evitar conseqüências funcionais contra os três. Às sete da noite, com archotes na mão, lá se foram umas 500 pessoas até o aeroporto pedir clemência ao terrível revolucionário.

Quando se aproximavam, Veloso imaginou um ataque e se preparou para reagir. Não era. Os três gerentes se adiantaram e apresentaram o problema: — não queriam truncar suas carreiras bancárias e esperavam que o major entendesse. Veloso caiu na gargalhada:

— Vocês estão malucos? Não quero um tostão.

E todas as compras que fez na cidade, nos dias em que ficou lá entrincheirado, foram pagas a dinheiro. Santarém ficou encantada com Veloso. Daí nasceu sua liderança política lá. Anos depois, quando se candidatou a deputado federal, a cidade lhe deu uma votação espetacular. Pela raspa bancária que não fez.

2

O general Castelo Branco era diretor da Escola Superior de Guerra, quando convidou Renato Archer para fazer conferência sobre minérios atômicos brasileiros. E lhe avisou que o regulamento da Escola proibia a divulgação dos trabalhos. Mas Medeiros Lima, que na época assinava a mais importante coluna da "Última Hora", assistiu à conferência e no dia seguinte publicou com o maior destaque.

Castelo ficou uma fera, certo de que Renato Archer tinha traído o compromisso. E telefonou para reclamar. Archer explicou o equívoco, mas em vão. Dois dias depois, Archer vai almoçar na Maison de France *e encontra Castelo Branco almoçando com Augusto Frederico Schmidt, presidente da "Orquima", a empresa que explorava as areias monazíticas de Guarapari e tinha provocado a famosa Comissão Parlamentar de Inquérito sobre contrabando de minérios atômicos.*

Dia seguinte, Medeiros Lima publica na coluna que Castelo almoçava com Schmidt. O general se enfureceu. Não havia dúvida de que fora Renato Archer quem dera a notícia para Medeiros publicar. E não tinha saído. É que Samuel Wainer também estava na Maison, *vira Castelo com Schmidt e passara a notícia para Medeiros.*

Castelo liga para Archer, reclamando. Archer desmente, Castelo não acredita. O telefonema ia acabando ríspido, quando Castelo muda de tom:

— Está bem, deputado, acredito que não foi o senhor. Então me faça um grande favor. O senhor é amigo do doutor Samuel Wainer. Peça-lhe que consiga do jornalista Medeiros Lima publicar amanhã, na mesma coluna, que eu e o doutor Augusto Frederico Schmidt estávamos de fato almoçando na Maison, *mas em mesas separadas.*

Medeiros corrigiu a verdade *e morreu o segundo equívoco de Renato Archer com o general Castelo Branco.*

3

Algum tempo depois, Castelo Branco era comandante do IV Exército. Santiago Dantas ministro do Exterior e Renato Archer secretário-geral do Itamarati (vice-ministro). Miguel Arrais, governador de Pernambuco, começou a queixar-se de que o presidente João Goulart estava preparando uma intervenção de duas pontas: contra Lacerda, na Guanabara e contra ele, em Pernambuco. Veio ao Rio, pediu interferência de Santiago.

Santiago resolveu ir a Recife ver as coisas de perto. Chamou Renato Archer, viajaram. Lá, Arrais os convida para um jantar reservado no Palácio com o general Castelo Branco. Quando os dois apareceram, Castelo levou um susto e ficou visivelmente contrafeito. Mas a mesa estava pronta, sentaram-se os quatro e a conversa foi andando.

Castelo, que não queria sair de Pernambuco, foi claro:

— Doutor Santiago, estou informado de que o presidente João Goulart está maquinando uma intervenção em Pernambuco. A coisa é muito grave. Primeiro, porque o governador Arrais está realizando aqui uma administração eficiente, criteriosa, tranqüila, e seria uma injustiça qualquer ação contra seu governo. Depois, porque Pernambuco é o coração do Nordeste e qualquer intranqüilidade no Estado vai necessariamente atingir toda a região, de si já problemática. E como eu sei que a primeira medida para cumprir o plano é meu afastamento do comando da região, gostaria que o senhor a quem o Presidente ouve com o maior respeito e acatamento, fizesse ver a ele que, no interesse da tranqüilidade do governo federal, não deveria haver mudança agora no comando militar da região.

A conversa foi até alta madrugada, os quatro trancados na sala. Santiago voltou, foi a Brasília, conversou com Jango. Não adiantou. Poucos dias depois, o general Castelo Branco era substituído pelo general Justino Alves Bastos "para controlar o Arrais" (palavras textuais de Jango).

As coisas se precipitaram. Arrais está na Argélia. E Jango no Uruguai.

4

Janeiro de 1942. A conferência do Rio de Janeiro alcançava a fase decisiva. O Continente americano fora vulnerado no ataque japonês a Pearl Harbour. Os Estados Unidos reclamavam, em nome da solidariedade continental, o rompimento de relações com os países do Eixo (Japão, Alemanha e Itália).

A Argentina, pelo seu chanceler Ruiz Guiñazu, criara as maiores dificuldades, apresentando outras propostas. Summer Welles, chefe da delegação norte-americana, não podia expor a pretensão de seu país a uma derrota em plenário. Foi quando Oswaldo Aranha, presidente da Conferência, coordenou as vinte e uma representações, conseguindo o resultado desejado de forma espetacular.

A forma como o fez, ele próprio contou, em carta a Getúlio Vargas, naquela letra inconfundível:

— "Getúlio: Chegamos ao fim e unanis como dizia o velho Horácio. Creio que me inspirei nele, e, sob a invocação da tua crescente autoridade, pus o bastão sobre a mesa e declarei: "Podem decidir como quiserem, mas este o Presidente deseja que seja unani. E assim foi. Meus parabéns a ti e ao nosso Brasil. Do Oswaldo."

5

Quando o Supremo Tribunal Federal julgou o impeachment de Café Filho (23 de novembro de 1955), Ribeiro da Costa (o juiz livre) ficou sozinho. No auditório, o jovem advogado Renato Costa comentou com um colega:

— Não entendi a posição do ministro Ribeiro da Costa. Todo o STF aprovou o impeachment, só ele votou contra. Para quê? Para acabar isolado?

Atrás dele, um homem de cabelos brancos bateu a mão em seu ombro e disse:

— Meu jovem, um dia você vai entender a importância desse voto.

O homem de cabelos brancos era Adauto Lúcio Cardoso.

6

Uma comissão de senadores e deputados brasileiros estava viajando pela França. Plínio Salgado, Nélson Carneiro, Adolfo de Oliveira Franco e outros.

Um dia, houve recepção à delegação brasileira. Além dos congressistas, estavam presentes dois jornalistas, eventualmente na Europa. Conhaque, champanha, vinhos, canapés. Um fim de tarde ameno.

Quando acabaram os drinks, *passaram todos para um salão de conversas. De repente, percebeu-se a ausência do deputado Plínio Salgado. Procura-se, procura-se, ele foi encontrado no salão dos* drinks, *inteiramente embriagado, bebendo os restos de todos os copos da ampla mesa vazia.*

Nunca me passou pela cabeça contar esta história. Aprendi com a Bíblia que os pecados dos homens são deles e só deles. Mas também aprendi com o Cristo que os vendilhões do templo são expulsos de público.

Hoje, encontro o deputado Plínio Salgado anunciando a reorganização do Integralismo!

Ele, o bebedor de democracia.

■

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Há setenta anos, Euclydes da Cunha lançava "Os Sertões" E sua importância para a nossa literatura esta na proporção de "Guerra e Paz", de Tolstoi.

Franklin de Oliveira

Euclides da Cunha

Euclydes da Cunha, por um desenhista da época, e a casa em que nasceu o autor de "Os Sertões", em São José do Rio Pardo, São Paulo.

OS SERTÕES uma LIÇÃO de nacionalismo

Em novembro, teremos os 70 anos de *Os Sertões*. Neste ano em que tantas datas — *Semana de Arte Moderna*, Epopéia dos Dezoito do Forte de Copacabana, Cento e Cinqüenta anos da criação do Ministério da Justiça e Sesquicentenário da Independência — são comemoradas, não se justifica a omissão do aparecimento de um livro que tem, para o Brasil, o significado de *Facundo* para a Argentina ou de *Guerra e Paz*, de Tolstoi, para toda a humanidade. Eis porque, antecipando-nos ao transcurso da data, abrimos as nossas páginas a um ensaio de Franklin de Oliveira sobre Euclydes da Cunha, sua obra e sua vida. Acreditamos que a melhor maneira de recordar o grande escritor é vê-lo não apenas como um genial artista da palavra, mas também extrair de sua vida e de sua obra as lições que elas nos inspiram. Euclydes não foi só o renovador do *cerne da nacionalidade*, o Brasil esquecido e ultrapassado de seu tempo. Foi, acima de tudo, um soberbo mestre de coragem moral, pela sua fidelidade aos deveres da inteligência e da cultura. Num momento em que alguns literatos se permitem sustentar a tese farisáica do apoliticismo do escritor, fazendo a apologia da alienação cultural, relembrar Euclydes é pôr a nu essa impostura. Porque Euclydes foi, antes de tudo, um alto momento da consciência humana no Brasil. E porque o foi, é que está presente ao nosso tempo, como grande reitor da nacionalidade. (*A Editoria*).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

OS SERTÕES
uma lição de
nacionalismo

Não se pode pensar em grande literato apenas pelo domínio da técnica literária. Há que se esperar do escritor muito mais: como uma coragem moral.

Somente uma palavra pode cristalizar o perfil de "Os Sertões": coragem.

Há quase setenta anos — novembro de 1902 — um livro abalava a consciência nacional. Chamava-se: **Os Sertões**. E o seu autor, Euclydes da Cunha. É hora de colocá-los, de novo, na ordem do dia. Ainda recentemente, em entrevista a POLITIKA, José Celso Martins mostrava a necessidade de o Brasil reencontrar-se com **o livro vingador** — e, nessa oportunidade, definiu **Os Sertões** como **O Capital Brasileiro**.

A comparação é substantivamente correta, se considerarmos ambos os livros duas colossais desmontagens: o de Marx, da sociedade capitalista; o de Euclydes, da miséria nacional, que continuou inalterada nestes setenta anos. Quem quer que se interne na hinterlândia brasileira constatará, a um simples lancear de olhos, esta pungente verdade.

A analogia referida por José Celso Martins comporta também outra justificativa, e esta, no terreno da tectônica literária. Se aceitarmos a tese que a **praxis** artística de Euclydes consiste na construção estilística erguida com apoio logístico na Ciência, nesta perspectiva crítica é igualmente possível aproximar **Os Sertões** e **O Capital**, cuja estrutura literária repousa numa arquitetônica científica à qual se incorpora a dialética da expressão, fato que leva à elaboração da obra científica como obra de arte. (Ver, a propósito, o magistral livro do professor universitário venezuelano Ludovico Silva — **El estilo literario de Marx**, México, 1971).

Procuro a palavra em que melhor se cristalize o perfil do autor de **Os Sertões**. E não encontro outro senão esta: **coragem**.

É inútil pensar que se pode vir a ser grande escritor apenas porque se tem o domínio completo da técnica literária, dispondo-se de enorme lastro literário e de todas as qualidades — as inatas e as adquiridas — reclamadas para o exercício das letras. Pode-se ter tudo isto, no mais alto grau, e jamais chegar-se a ser grande escritor, se nos faltar um tipo especial de bravura: a coragem moral, que é aquela virtude que, já na **Ilíada** era chamada de **a força maior**.

Em 1888 o Brasil vivia um momento de grande turbulência política. Euclydes era aluno da Escola Militar. A campanha republicana, vinda no lastro do abolicionismo, fazia estremecer a ordem estabelecida. Para conter a mocidade militar, que era republicana, Tomás Coelho, ministro da Guerra do Império, visita o centro de preparação da jovem oficialidade. Os alunos formam — recordam Rondon — e desfilam, contrafeitos, mas em ordem. Eis que Euclydes, num assomo de rebeldia, destaca-se da formatura e lança ao chão o seu espadim. Era o seu gesto de protesto. A coragem das convicções. Dado como doente, pelos superiores que o estimavam, o fizeram baixar à enfermaria. Em seguida transferiram-no para o Hospital Militar no Morro do Castelo. Euclydes não aceita esta situação, engendrada generosamente para eximi-lo das penalidades disciplinares. Num ângulo da sala que lhe fora destinada, mantem-se de pé, envergando o uniforme, para demonstrar que não se encontrava doente. O médico Francisco de Castro tenta um diálogo. Não imagina, na sua bondade, que vai ferir a suscetibilidade de Euclydes, o qual lhe corta, ríspido, rápido, a palavra. Levado a Conselho de Guerra, comporta-se altaneiro durante o julgamento. Reafirma as suas convicções republicanas. Coragem de manter-se fiel às suas idéias. É expulso do Exército.

Transfere-se para São Paulo. Na capital bandeirante começa a escrever no jornal de Júlio de Mesquita, sobre **questões sociais**. Assina seus artigos com um pseudônimo. Medo? Não. Todos sabem que os artigos são seus. E que pseudônimo escolhe? **Proudhon**. Na escolha afirma uma tendência de seu espírito. Numa sociedade escravocrata e monárquica, a escolha do nome do autor da frase **a proprieté c'est le vol**, era um ato de audácia. Coragem de desafiar preconceitos. Em 89 veio a República. Numa reunião, realizada na casa do major Solon Ribeiro, onde conheceu a jovem com quem se casaria, os republicanos decidem o retorno de Euclydes ao Exército, como necessário à causa que defendiam. Aceita: coragem de servir. Mas, pouco depois, a República entra em crise. Euclydes volta à imprensa, entre 1891/2, escrevendo artigos a favor da consolidação da ordem republicana, ameaçada pela reação monárquica. Atitude idêntica à de Raul Pompéia, com quem Euclydes tanto se pareceu, inclusive na morte trágica. Em 1894 um episódio político leva várias pessoas ao cárcere. O senador cearense João Cordeiro pede ao governo que fuzile os presos. São anti-republicanos. Euclydes é republicano inflexível. Mas não hesita um minuto. Volta à imprensa. Ergue sua voz em defesa dos presos políticos. São seus adversários, combate-lhes as idéias, mas estão presos, não podem ser exterminados. Este gesto — momento de suprema grandeza em sua vida —

O livro é um libelo importante

marcará para sempre o seu lugar na história: sempre ao lado das vítimas — sempre na defesa do vencidos. A coragem da magnanimidade. Mas seu gesto tem um preço. O governo o deporta para Campanha, em Minas Gerais. Confinado na terra montanhesa, aproveita o confinamento para ampliar e aprofundar os seus estudos brasileiros e tomar contato com o nascente socialismo europeu. Em 1896 deixa definitivamente o Exército. No ano seguinte reaparece escrevendo no jornal de Júlio de Mesquita. Canudos abalava o Brasil. A insurreição de Antônio Conselheiro era apresentada como uma contra-revolução monárquica. Euclydes escreve **A Nova Vendéia**. Nesse artigo — estamos em 1897 — após estabelecer um paralelo entre os jagunços insubmissos do Nordeste e os monarquistas que a Revolução Francesa tentara esmagar nas charnecas da Bretanha, termina declarando que a República vencerá. O artigo revela a posição de Euclydes: contra Canudos. E em julho do mesmo ano volta a escrever outro artigo, sob o mesmo título, no qual espelha a sua inquietação com as derrotas que os rebeldes estão impondo às tropas governistas. Impressionado com os dois artigos, Júlio de Mesquita resolve enviar Euclydes como correspondente de Guerra do **Estado de S. Paulo**, aos sertões em que se trava a áspera luta. A 4 de agosto Euclydes parte para Canudos, de onde regressa a 17 de outubro. Assistira ao entrevero, ao incendio do arraial; testemunhara a bravura dos sertanejos irredentos, emocionara-se com a crueldade das degolas — defrontara-se com um Brasil que não conhecia. Vira que **a nova Vendéia** era pura ficção. Assumiu de si para consigo mesmo um compromisso: defender os vencidos.

Outra vez ao lado das vítimas. Em 1898 recolhe-se em São José do Rio Pardo, e começa a escrever **Os Sertões**, que chamaria de o seu **livro vingador**. Não é um livro de defesa — diz — mas de ataque. E em fins de 1902 o Brasil estremecia ao impacto do libelo articulado por Euclydes da Cunha.

Os Sertões não é um ato de coragem apenas por ser um libelo. Também o é por motivo de fundamental importância: a honestidade intelectual. Ao escreve-lo, Euclydes não hesitou em rever sua posição, corrigir seu erro. Antes de visitar Canudos, ele vira a tragédia sertaneja de um ângulo reacionário. Considerava-a reação monárquica pura e simples. Fazia coro com os que preconizavam o seu esmagamento. Depois de testemunhar a luta dos sertanejos, de conhecer-lhes as condições de vida, de sabê-los proscritos da civilização, réprobos sociais, mudou radicalmente de posição. E escreveu o **livro vingador**. Coragem de não silenciar a verdade. Coragem de não se fazer omisso. Antes de **Os Sertões** apenas uma única voz de protesto havia surgido contra o selvagem massacre: o Manifesto dos Acadêmicos da Faculdade de Direito da Bahia. Rui escrevera violentíssimo discurso de defesa dos sertanejos massacrados, discurso que deveria pronunciar no Senado. Meteu, porém, a viola no saco, apesar de belamente encordiada. E só depois, por vaidade literária, escreveu uma página sobre o **estouro da boiada**, para mostrar que poderia fazê-lo igual ou melhor do que Euclydes. (O discurso que não foi proferido por motivos já hoje revelados, figura no volume XXIV, da **Obras Completas**, edição do MEC).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A letargia dominava todos os momentos de nossa literatura quando Euclydes da Cunha nos deu " Os Sertões", pondo fim à improvisação e ao despreparo.

OS SERTÕES
uma LIÇÃO de nacionalismo

Só havia despreparo e modismos

Em 1902, quando **Os Sertões** foi publicado, a literatura brasileira atravessava um momento letárgico. Só se poderá avaliar corretamente o significado e medir a importância da obra de Euclides, situando-a no contexto literário nacional daquele tempo. Tínhamos uma literatura, mas literatura de formação aluviônica, dominada pelo mais atroz verbalismo, escassa de idéias, constituída quase tão só de livros destituídos de tensão espiritual — uma literatura que, inclusive, descuidava os problemas da artesania literária. Era literatura marcada pela improvisação, o despreparo técnico dos autores e, o que era pior, pela carência de consciência social. Claro que há exceções. Desvinculada, alienada da realidade brasileira, a imaginação dos autores não aderia aos fatos, não se esteava no objetivo e no concreto — correspondia essa literatura àquela "política silogística" da época, denunciada por Joaquim Nabuco. Mesmo quando procurava ver o Brasil, era através de uma ótica deformante — o instrumento de transposição literária era falso. Dentro desse quadro, **Os Sertões** irrompeu como uma rebelião. O livro vinha encharcado, porejando, sangrando Brasil. A geografia, a geologia, a botânica, a zoologia, a ornitologia, a potamografia, a paleontologia, a etnologia, a antropologia, a demografia e a história brasileira foram pela primeira vez incorporadas à representação literária do Brasil, com um gosto da concretitude que só muito depois iríamos encontrar em João Guimarães Rosa. Euclides fundou a **mimenis** brasiliana. Para escrever **Os Sertões**, mergulhou em Gabriel Soares, em Cardim, Aires do Casal, Antonil, Frei Vicente do Salvador, Couto Magalhães, Caminhoá, Saint-Hilaire, Martius, Hartt, Lund, Capistrano, Rebouças, Ladislau Neto, Orville Derby, Teodoro Sampaio. Mobilizou toda uma gigantesca **brasiliana**, à qual os nossos escritores até então se mostravam impermeáveis. Buscou saber em Gonzaga de Campos e Nina Rodrigues. Em Francisco Escobar. Onde quer que existisse um ingrediente necessário à elaboração de sua obra, foi buscá-lo. Com esse material, enriquecido pelos dados da observação direta e da pesquisa de campo, preparou as fundações do seu formidável livro. Absorveu toda a ciência de seu tempo: as ciências da natureza e as ciências do homem — da geologia à antropologia, da geografia à psiquiatria social. Fundou Euclides inclusive — observa, com a sua autoridade, Roberto Lyra — a sociologia criminal brasileira. Comprovam esta assertiva não só certos trechos de **Os Sertões** e algumas páginas amazônicas, como ainda o relatório de 1902 sobre as ilhas do Búzio e da Vitória, versando problemas penitenciários. Euclydes compreendeu que a dor humana permeia todo o Direito Penal, a mais sofrida das disciplina jurídicas. Em seu trabalho sobre as colônias penais, faz pensar em Tocqueville estudando o sistema penitenciário norte-americano, em Tchekov estudando o direito criminal, a história das prisões russas, das colônias penais da Sibéria, e a vida dos condenados de Sacalina, espécie de Ilha do Diabo eslava. E em Wassermann e Dostoievski. Em quantos sentiram a paixão bíblica da Justiça? De onde não só a pulsante humanidade de **Os Sertões** como a circunstância de representar uma cristalização de conhecimentos adquiridos e vividos. Há erros de interpretação em **Os Sertões?**

Há. Roquette-Pinto iniciou o levantamento dos equívocos de Euclydes da Cunha. Mas, acrescente-se: os erros de **Os Sertões** foram determinados pelo aparato cientificista em que fundamentou a elaboração de seu grande livro. Errou toda vez que submetia o seu pensamento aos dogmas forjados por Ratzel, Buckle, Gumplowiez, sobretudo aos dogmas da antropogeografia, de cujo ventre nasceria uma das maiores monstruosidades do nosso tempo: a geopolítica que, com suas categorias de **Lebensraum** e **Herrenvolk** deu ao nazismo as justificativas para os brutais crimes que cometeu contra a Humanidade. Não se pode negar que o meio geográfico, o universo ecológico condiciona a vida do Homem. Mas entre reconhecer este fato e proclamar o seu caráter de influência única e determinante da vida humana, há grande distância. Em mais de três mil anos a Europa — e este é apenas um exemplo — conheceu diversos sistemas sociais, sem que, para isto, tivessem se alterado as condições geográficas — clima, solo, etc. — do velho continente. O regime social sob o qual vive o Homem, este sim, pode vir a possibilitar ao ser humano introduzir modificações profundas no meio ambiente, para ajustá-lo

Joaquim Nabuco

Euclydes errou pelo dogmatismo

às necessidades de sua vida. Sobre a existência humana é a estrutura social, a forma pela qual se organiza a sociedade, a força que atua de forma decisiva. Seduzido pelo dogmatismo cientificista de seu tempo, inclusive o ranço politivista, Euclydes não pôde perceber a motivação profunda da luta desencadeada em Canudos. Se é exato que Euclydes soube ver a hinterlândia brasileira dominada por um "feudalismo achamboado", não é menos exato que o influxo das teorias antropogeográficas sobre o seu espírito não o deixou ir até as raízes econômicas da insurreição sertaneja. Prevalecesse a versão antropogeográfica na explicação de Canudos, como sua determinante, como ficaria a inteligência do episódio dos **Muckers**, que ocorreu em 1872, vinte e quatro anos antes de Canudos, entre os alemães de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, portanto episódio movido por gente de **raça superior**? E o episódio do Contestado (1912), deflagrado em Santa Catarina e no Paraná, 16 anos depois de Canudos, entre gente que atendia ao preconceito de branquidade — não mestiços, como os seguidores de Antônio Conselheiro?

No seu admirável estudo sobre os **rebeldes primitivos**, Hobsbawm nos previne contra os enganos que, na investigação desses fenômenos, podem nos levar palavras como **primitivo** e **arcaico**. Por isso mesmo é preciso imenso cuidado em conceituar esses fenômenos como simples manifestações messiânicas. Não quer isto dizer que eles geralmente não assumam feições carismáticas. No estudo clássico que dedicou à Guerra Camponesa (Alemanha, 1525), paradigma desses movimentos, Engels censurou Zimmermann justa e precisamente porque este autor, na análise que realizara, omitira as questões religiosas implícitas na **Bauernkieg**. Ainda recentemente, um teórico marxista de alta categoria — Paul M. Sweezy — reconheceu-lhe as implicações religiosas. Por sua vez, D.W. Petergoski lembrava que o socialismo que enforma esses movimentos tem invariável tonalidade mística. O misticismo não é a causação, mas um dos aspectos que esses movimentos assumem. Eis porque a psiquiatria social, com os seus conceitos de **loucura epidêmica, delírio religioso** e outros tomados à esfera da psicopatologia gregária, são insuficientes para a explicação de movimentos como o de 1897, em Canudos. Euclydes, no rastro de Nina Rodrigues, classificou aquela insurreição camponesa na categoria da paranóia, segundo a escola italiana vigente à época (Tanzi, Riva). Embora houvesse identificado, no sertão brasileiro, a presença de um "feudalismo achamboado", Euclydes não se aprofundou nessa via de investigação, que o levaria à chave real do problema. Teria então compreendido o movimento sertanejo como ato de rebeldia, gesto de insubmissão à prepotência dos latifundiários. Não importa o caráter espontâneo dessa revolta. Importam, para a sua correta conceituação, os motivos que a determinaram. E esses foram, fundamentalmente, de natureza sócio-econômica. A Abolição ficara inconclusa: não se completara com a mudança da estrutura agrária, como preconizavam, Nabuco, Rebouças e outros grandes abolicionistas. Também a República ficara incompleta; não alterara a estrutura agrária vivente. Quer isto dizer que as populações rurais continuaram chumbadas à miséria, particularmente um de seus segmentos — o segmento constituído pelos homens de cor. Em relação a estes, eis outro erro de Euclydes: subestimou o papel desempenhado pela escravidão na formação étnica brasileira, não tendo em consequência visto o negro vinculado ao **status** de escravo — preferiu vê-lo como desagregador biológico, etnobiológico, de onde a sua posição frontalmente contrária à mestiçagem.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

OS SERTÕES
uma lição de nacionalismo

Um dos grandes males foi não haver um enfoque mais humano na questão de Canudos. Viram um problema político onde só a fome e a miséria existiam.

O maior responsável por toda uma série de erros de enfoque era a ciência falseada, então uma imposição

Tendo desprezado a influência da economia agrário-feudal, do sistema monocultor, latifundiário e escravocrata, na análise de nossa formação social, teria de fatalmente desembocar no equívoco racista. Independente da miséria gerada no bojo do latifúndio, qual a situação do País, antes de Canudos? Em 1893 o Brasil mergulhara na guerra civil, que se estendeu até 1895. Em 1894 surge uma crise nacional de alimentos, cujo custo, nesse ano, elevou-se a 118% em relação aos preços de 1890. Quer dizer: implantou-se, no País, um quadro generalizado de fome, logicamente mais penalizante para as populações agrárias marginalizadas. Em 1896 a crise do café interrompe abruptamente o fluxo migratório das zonas rurais para os centros urbanos, concentrando nos sertões, portanto, um número cada vez maior de descontentes e desesperados. Naquele ano o êxodo rural atingia mais de 700 mil pessoas, contra as 260 mil por ele abrangidas em 1880 — e isto no seio de uma população nacional que não chegava, à época, a 15 milhões. 1896 foi o ano em que se iniciou a luta armada nos sertões da Bahia. Parece, assim, de evidência evidentíssima, a motivação sócio-econômico de Canudos.

Esta evidência se torna patente tanto no caso dos **Muckers** que viviam inteiramente abandonados à própria sorte, nas terras à margem do rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, como no caso da guerra do Contestado, no interior de Santa Catarina e do Paraná, onde os camponeses sofriam dupla espoliação: a dos latifundiários e a das companhias estrangeiras de colonização, que lhes tomavam as terras. Esse fato, hoje comprovado, derroga a tese de que tais movimentos se devem à instabilidade emocional e às taras psíquicas dos mestiços, pois eram "arianos", "raça pura", os colonos de São Leopoldo. Por sua vez, a composição étnica dos adeptos catarinenses e paranaenses de Monge João Maria era diferente da nordestina: entre eles era quase inexistente o número de negros: os jagunços catarinenses e paranaenses eram pequenos agricultores de origem alemã, polonesa e italiana.

Quanto ao pretenso sentido restaurador, monarquista, da rebelião de Monte Belo, os fatos o contestam. Em 1822, portanto, antes da queda do Império, já o Arcebispo da Bahia havia tomado posição contra Antônio Conselheiro e sua gente. E em 1866, o chefe de polícia da Bahia recebia ofício da vila de Itapecura de Cima, dando-lhe ciência de temor que às autoridades locais infundiam aqueles sertanejos rebelados. Rebelados e armados, dois anos antes da proclamação da República. Armados e rebelados contra quem e o que? Os latifundiários e o regime da propriedade territorial — o monopólio da terra. Na defesa de seus interesses do senhor feudal, o Barão de Geremoabo referiu-se "à seita do comunismo", para definir a legião do Conselheiro. Quando sabemos que os escravagistas acusaram de comunista o gabinete do Visconde do Rio Branco, por motivo da lei do ventre livre, temos a medida da acusação do Barão de Geremoabo.

O estudo mais detalhado da organização social de Monte Belo, que era extremamente complexa, revela que Canudos se diferenciava internamente em sub-grupos — o setor da guerra estava sob o comando de João Abade; o da vida econômica e civil, sob a direção dos irmãos Vilanova; e o da vida religiosa, entregue a Antônio Conselheiro. O estilo de vida era comunitário, mas não se tratava, como disse Euclydes, de uma comunidade "homogênea e uniforme, massa insconsciente e bruta". A gente de Canudos tinha consciência instintiva, primária, mas, sempre consciência, dos fins a que se propunha. Seria, aliás, uma pesquisa interessante a que tivesse por objetivo determinar até que ponto o modelo social de vida que levou o Dr. Mure a fundar o "falanstório do Sai", em Santa Catarina, em 1842, influiu na rebelião do Contestado, bem como medir até que ponto os ideais igualitários que permearam todas as lutas políticas populares nordestinas, sobretudo a partir da "Revolta dos Alfaiates", condicionaram a formação libertária de Canudos.

Há erros em **Os Sertões**? Sim. Euclydes errava quando concluia segundo os dogmas da ciência que, em seu tempo, chegava ao Brasil. O círculo de ferro do positivismo, análogo ao do mecanicismo antropogeográfico e psiquiátrico, entre nós somente começou a ser rompido com Otto de Alencar, libertação cultural consolidada por Amoroso Costa, Lélio Gama, Teodoro Ramos, após a publicação de **Os Sertões**. Euclydes não teve condições de rompê-lo, de onde seus equívocos e até mesmo a contradição que há entre **Canudos (Diário de uma Expedição)** e **Os Sertões**, sobretudo nas partes que se referem à terra e ao homem, além da dedicada à luta. Aqui acertava em cheio, primeiro pela sua fidelidade ao fato observado, segundo, pela sua intuição genial. Acertava em cheio toda vez que, despreendendo-se do aparato cientificista, dobrava-se à verdade honestamente observada — quando se rendia à evidência viril dos fatos.

A ciência que chegava ao Brasil, em seu tempo, era racista. Euclydes navegou nessas águas. De onde o seu receo de considerar inferior gente que era só social e economicamente inferiorizada — marginalizada. Mas quando Euclydes fez a apologia do sertanejo — o mestiço condenado pelo purismo racista — derrogou, com soberba beleza e enérgica verdade, os prejuízos e preconceitos de uma "ciência — como a de Ratzel, Gumplowicz, Ratzenhoffer, Woltmann, e outros corifeus do darwinismo social — que erigida adrede suas leis férreas para justificar o predomínio da força. O Artista que havia em Euclydes, o poeta que ele era e, sobretudo o Escritor íntegro, incorruptível e insubmisso que soube ser, salvaram-no.

Sim, é preciso compor o elenco dos erros, distorções e deformações de seu pensamento, mas para creditá-lo à falsa ciência, não a ele. Até porque, sob muitos aspectos, Euclydes foi, inclusive, um antecipador. É preciso não esquecer que ele foi o primeiro entre nós, a proclamar as limitações da lógica formal. É preciso também não ignorar, e sobretudo respeitar, o esforço sobrehumano em que Euclydes sempre se empenhou para rever continuamente as bases de seu pensamento. Se há erros em **Os Sertões**, incidirá, porém, em erro maior todo aquele que falar de Euclydes somente em termos de ciência. E, por que?

Porque quem se limitar ao inventário desses equívos condena-se à

Roquete Pinto

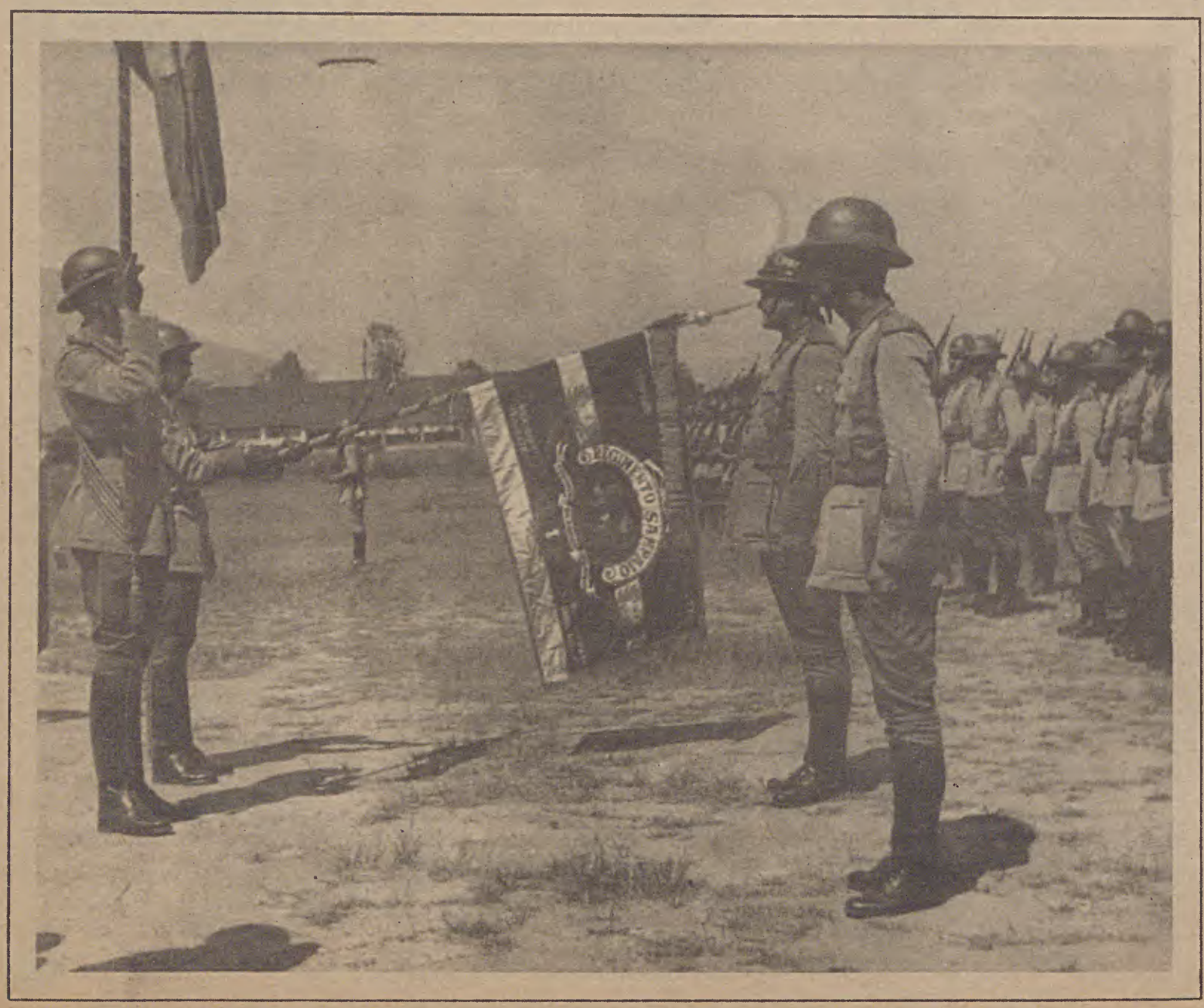
incontaminação da grandeza. A grandeza compresente no Euclydes nordestino, que denunciou a miséria dos sertões brasileiros. Do Euclydes amazônida, o Euclydes que reivindicou a Amazônia para a civilização nacional. Do Euclydes andino, aberto ao sofrimento das populações do altiplano iberoamericano. Grandeza do homem e do escritor que teve a coragem de desvencilhar-se de um gigantesco processo de mistificação política, e apontou para o crime que foi cometido em nome dessa empulhação. À época em que Euclydes escreveu as páginas hoje reunidas no **Diário de Uma Expedição**, montara-se no Brasil uma poderosa máquina de insânia popular, que acoimava de sebastianista todos os movimentos de oposição à herança ditatorial do florianismo. Tudo era apresentado à Nação como revanche monarquista, inclusive Canudos. Uma atmosfera sinistra de histeria política se abateu sobre o País. Euclydes foi envolvido nas suas malhas. Mas quando se tornou consciente do formidável embuste, não hesitou: denunciou a farsa sinistra, assumindo a aliança com os desherdados de sua terra — o Homem Brasileiro: sua causa, sua bandeira, sua legenda. Devemos retomá-las. Somente assim poderemos celebrar **Os Sertões.**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Um homem pode dedicar toda a vida ao Exército, ser humano e lembrar-se da mulher quando a morte chega. Este homem é o patrono de nossa Infantaria.

Gerardo Mello Mourão

O GENERAL SAMPAIO



O poema que hoje publicamos é um fragmento de *O País dos Mourões*, em que o poeta recorta o perfil cavalheiresco e belo de um de seus antepassados, o general Sampaio, patrono da Infantaria do Exército Brasileiro. Desse fragmento dizia o poeta Gofredo Iommi que *és la más bella pagina de un canto de batalla en la literatura del continente.* E é também uma das mais altas homenagens que podemos render ao *Dia do Soldado*, embora tardiamente, evocando a figura humana e brava de uns dos maiores e mais corajosos deste País — o general Sampaio — filho do povo, tocado de sentimentos humanos, querendo punir o subordinado que matara um civil uruguaio, e lembrando, na hora da morte, a mulher amada, a cuja janela cantara serenatas em sua terra de Tamboril. Este poema foi lido, certa vez, na tribuna do Senado Federal, pelo então senador Góis Monteiro, que com ele celebrava a grandeza cordial que tem sido a tônica da vocação do soldado brasileiro. (*A Editoria*).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP
CEDEM

O General Sampaio

Punir um soldado porque ele, num momento de agitação, teve participação na morte de uma pessoa, era o traço marcante da personalidade do general.

— "Quem de vocês matou o uruguaio? "
os soldados não sabiam.
— "Quero saber imediatamente quem matou o uruguaio" —
— "Saberá Vossa Senhoria que fui eu, Benedito Antônio da Silva,
natural do Crato, número 39 da 2a. Companhia do
12, praça de 1851, ferido na batalha de Caseros".
— "E por que matou? "
— "Vossa Mercê, que é da raça dos Mourões, não há de ignorar
que eu também sou morador daqueles pés-de-serra
e por isto matei o gringo; pois saiba Vossa Mercê
que estou sem matar desde a guerra do Rosas
e o Senhor seu pai me encomendou três dúzias. Tá
completo".
Sob a pala da barretina agaloada
o General de rosto sereno e triste
sorriu sobre o pátio do quartel de Bastarrica
e mandou os soldados passearem tocando
charanga pelas ruas de Montevidéu.

•

O Marquês de Herval era galante:
Ordem do Dia sobre a batalha de Tuiuti:
— é de louvar o bizarro comportamento do General
Sampaio, da raça dos Mourões —
o primeiro cavalo fora derrubado à bala, o segundo também
e o terceiro e o quarto varados à baioneta
combatia a pé:
— "Guarde seu cavalo, alferes, eu sou da Infantaria"
— "Corra à barraca de Osório e diga que estou perdendo
muito sangue, é conveniente substituir-me,
fui ferido duas vezes"
continência do Alferes, mão de súbito no peito:
— "e esta é a terceira".

•

— "Maté el general brasilero!"
ainda não — e o paraguaio engoliu com chumbo a última sílaba
na mão o sangue da última tapa de carícia sobre
a cabeça de seu alazão espedaçada à bala
quando outra bala decepa a folha da espada:
— "soldado, passe-me sua espada" —
um olhar para o alferes fanfarrão:
tomara a bandeira do porta-estandarte e no meio
do mar de sangue e fumaça gritava:
— "viva o General Sampaio!"
e nos braços dos guerreiros que rangiam os dentes e
choravam
e banhado no sangue dos cavalos forte como o seu
e banhado em seu sangue — o sangue
da raça dos Mourões:
— "não corte a minha perna, doutor,
um general morto é bizarro ainda
um general coxo é feio".

•

E belo e triste em seu caixão de zinco
os guerreiros da Argentina e do Uruguai lhe hastearam
em funeral as bandeiras do Prata
e sobre o chão do país de Godo, Raul e Efraín
vou lavrando a escritura deste canto
e ali também é o país dos Mourões e nosso primo Martin Fierro
e Osório, Marquês de Herval, são testemunhas:
Antônio de Sampaio, filho do ferreiro de Monte-Mor-o Velho,
da estirpe de Francisco e Manuel,
da raça dos Mourões
era um general bizarro.

•

As exéquias na Corte custaram um conto e quatrocentos
o Maestro Arcângelo Fiorito regeu de graça o coro e
a orquestra com primeiros e segundos
violinos, violas, violoncelos, fagotes
e oboés e trompas e pistons
e Sua Majestade o Imperador lhe trouxera o corpo de Buenos
Aires
e ao meio-dia em ponto na Ilha do Bom Jesus entre os inválidos
da Pátria
curva a cabeça em reverência
ao filho dos Mourões:
— "só no Maranhão foram quarenta e seis combates por Vossa
Majestade"
sua Divisão se chamava Encouraçada
bateu o paraguaio a ferro-frio nas sangas dos banhados
encouraçada à dureza de seu olhar a soldadesca
não conhecia o medo
aquele olhar endurecido
ao ódio dos Mourões — seu amor e seu ódio —
e ao seu vigor ergueram-se e deitaram-se
para a vida e para a morte
as coisas e os lugares e as pessoas.

•

— "Alferes, a morte é bizarra
guarde este botão de minha farda de lembrança
e cante na hora aquela moda que eu cantei
no Tamboril à janela de Maria Veras.
Aquela moda. . ."

•

E ao meu canto e à moda antiga
que cantavam os machos à janela das fêmeas
no país dos Mourões
vou lavrando a escritura destas terras que são minhas
até além do Prata e além dos Andes
das Ibiturunas azuis
e um dia
no cartório de Ipueiras, Penedo ou Arapiraca
te farei a doação dessas léguas de sesmaria
do Passo de Camaragibe a Villaguay,
de Crateús, Ipu e São Gonçalo dos Mourões
até Buenos Aires e Santiago do Chile e Guayaquil e Bogotá
nos termos da doação de minha avó Dona Ana Feitosa a
Santo Anastácio e Dona Úrsula Mourão a
São Gonçalo
e te farei sobre essas braças de chão
um templo e uma cama de cedro sob o céu de Deus
à sombra dos plátanos e das carnaubeiras para onde
deitada no meu lombo vens chegando.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

POLITIKA
22
koluna
do paskoal

Lages, Santa Catarina

Paschoal
Carlos
Magno

LAGES EXISTE MESMO

Durante minhas andanças pelo Brasil, Lages existia somente no mapa. Muito longe demais para uma visita, para uma descoberta. Sabia, é certo, que ficava num cimo de montanha, onde fazia muito frio e às vezes nevava. Sabia que a fortuna da sua gente estava na exportação de madeira, na sua pecuária e nas suas fábricas de papel.

Cansei-me de indagar, nas muitas e freqüentes visitas a Florianópolis:

— Como é que se vai a Lages? É mesmo muito longe?

Ia até Blumenau — das mais lindas cidades do Brasil — Laguna, Tijucos, Tubarão, Caboriú, Crisciúma, Itajaí, Joinville, Rio do Sul, rodava pela costa de Santa Catarina, que sempre me enfeitiçou com suas praias, baías, golfos, ilhas, enseadas, e não aceitava o desafio da montanha e da distância para visitar Lages.

Verifiquei que andava exagerando a distância, pois o automóvel que me conduziu da capital catarinense a Lages fez a viagem em cinco horas e meia, rodando por uma estrada de asfalto novíssimo, ampla e tranqüila. A cidade que me acolhia, acolhia também o Oitavo Festival do Teatro de Santa Catarina. Não me recebeu coroada de neve, naquele avançado da noite quando cheguei. Mas vestida de luzes das suas fábricas, cujos fornos ficam acesos o ano todo, sem uma hora de descanso.

Essa cidade que tem 130 mil habitantes, me surpreendeu com suas avenidas largas, limpas e asfaltadas, com suas praças tatuadas de jardins, com seu quase excesso de prédios altos, torres, igrejas, monumentos. Não me perdôo de havê-la descoberto tarde demais, mas a tempo de amá-la e admirar-lhe a gente que é lhana no trato, de gestos civilizados, mesmo os de profissões as mais humildes. Respira-se nela um ar puro, seu frio não é dos mais rigorosos e o sol espalha uma claridade rara, e o céu de Lages, todo azul, sem manchas, me devolve aquela limpidez de céu azul que encontrei particularmente na Grécia.

•

Passam e repassam lageanos de bota, bombacha, muitos de chapelão, mas dirigindo carros enormes, luxuosos, novinhos em folha. Passam moças lindas (haverá nesta cidade moça feia?) e crianças sadias, rosadas. O meninozinho que engraxa sapatos à porta do hotel merece, pela sua beleza, duas vezes a gorjeta que lhe dou. Os lageanos, na sua simplicidade de trato, tudo fazem para agradar os visitantes, especialmente os participantes do Festival, que são mais de 300, com suas roupas coloridas, boinas, mantas arcoirisadas.

Há um estudante de direito de Joinville que exibe no teatro, nos cafés, nas ruas, uma pele de carneiro pendurada ao seu pescoço comprido. Todos levam distintivos do Festival, alfinetados nos blusões, nas mantas de couro ou pano. Quem disse que faz frio? Com a presença dessas centenas de jovens mudou o calendário: a entrada da primavera mudou de meses, começou agora. Bravos, corajosos, dignos moços de Santa Catarina. Assistem a aulas de dicção, de expressão corporal, espetáculos, debates sobre espetáculos. Depois dos espetáculos vão pelas ruas cantando felizes, dentro daquela ebriez que é da consciência limpa, pura.

Ninguem veio do Rio do Sul, Joinville, Florianópolis, Palhoça atrás de prêmios, láureas, galardões. Vieram centenas para representar e ver representar. Mas há centenas de outros que não são autores, nem diretores, nem cenógrafos, nem figurinistas, mas que vieram de todos os cantos do Estado, de ônibus, carro, caminhão, carona, para ver, aplaudir, aprender com os olhos e os ouvidos.

Respira-se um ar de comunicação total entre os que estão no palco e na platéia. Respira-se um clima de liberdade de consciência. A América descoberta por Claudel é corajosamente dissecada em quadros, slides, na sua miséria atual, de crianças morrendo de fome, de perseguições raciais, religiosas, políticas.

Durante os cinco dias do Festival não parou de chegar gente jovem. Beto Stodierk, pela sua coluna no **Jornal de Santa Catarina** *escreveu que essa moçada toda desmentia aquela afirmação de que brasileiro só se locomove para partidas de futebol ou bailes carnavalescos, pois tomou conta de Lages exclusivamente para curtir o festival.*

E Lages impressiona. Se impressiona! Uma cidade que tem 130 mil habitantes e já dispõe de seis cursos superiores funcionando regularmente e cinco já transitando para funcionarem ainda este ano. Dispõe de uma rede de 180 escolas primárias municipais. O prefeito Auro Vidal Ramos — êta prefeito-exemplo! — não pára, se sua marcha é para enriquecer sua cidade pela cultura e pela educação.

Coadjuvado pela doutora Suria Chedid, de uma energia extraordinária, administradora. hábil, inteligente e atenta a todos os problemas educacionais. O prefeito vai dar à sua cidade, até o começo de 1973, o teatro que ainda não possui e o museu que lhe está faltando para torná-la uma cidade completa. Teatro e Museu integrarão a Universidade para o qual a Câmara de Vereadores autorizou o prefeito a doar a imensa área de seu antigo aeroporto para ser o **campus.**

Havia terminado a representação do grupo de **Palhoça,** *uma cidade que tem um ar de mundo feérico. A peça* **Sozinho no Mundo** *era de um ator de quinze anos. Os intérpretes, o diretor, o cenógrafo, o figurinista, o iluminador, eram todos extremamente jovens. Augusto de Souza, o infatigável animador do teatro catarinense, me traz um recado telefônico transmitido do Hospital Nossa Senhora das Graças.*

Há dois estudantes feridos num desastre de automóvel. E pedem que eu vá visitá-los, que eu devo visitá-los, porque são estudantes também. Augusto de Souza me leva no seu fusca. No hospital, estão à minha espera. A hora é imprópria para visitas. Mas a minha já foi autorizada pela direção do hospital. Os dois feridos se animam quando apareço no seu quarto cheirando a remédios. Um deles diz-me logo:

— Eu sabia que o senhor viria . . .

Reconheço-o: é o Dorgival Pereira que sonha ser fotógrafo artístico. Está com a cara toda amarrotada. Com cintas de esparadrapo amarrando-lhe a cabeça. Sofreu fraturas na perna. O outro, que vinha conduzindo o Karman-Ghia, mal fala. Perdeu os dentes. Tem um longo talho no frontal. Tem os braços enrolados em gaze.

Dorgival conta-nos que saíram de Florianópolis para assistir ao Festival. Antes rumaram até São Joaquim para ver a neve caindo.

— Vimos a neve. Depois, na volta, para não perder o Festival, numa curva de estrada molhada, o carro derrapou . . .

Respira. E me diz, esquecido das penas sofridas:

— Tudo valeu a pena, mesmo ficar neste hospital, e depois ser operado outra vez em Florianópolis, porque finalmente vimos a neve . . .

•

O Teatro do Estudante do Brasil, de 1952 a 1956, na minha casa de Santa Teresa, tinha sua sala de espetáculos — o **Teatro Duse** *— de cem lugares, com a missão de encenar peças de autores inéditos brasileiros ou de autores estrangeiros considerados não comerciais.*

E lançou atores, cenógrafos, figurinistas, diretores. No começo de 1973, vai ser reaberto com a mesma nobre missão para que foi criado.

Por isso estou convocando os autores, que nunca tiveram suas peças representadas para que as enviem à Casa do Estudante do Brasil (Praça Ana Amélia nº 9) com a seguinte indicação **Concurso de Peças — Teatro Duse.** *Em três vias e sob pseudônimo. Os seis melhores textos serão escolhidos por um júri de críticos, atores e autores até 15 de outubro e encenados no pequeno* **Teatro Duse,** *em 1973.*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

POLITIKA
23
korreio

A Editoria

ADAM SCHMIDT DE VASCONCELOS (Rio de Janeiro — Guanabara) — "Apesar do nome, sou brasileiro e acho que só a verdade poderá salvar este país. Considerei que POLITIKA poderia ser o veículo para divulgação de dados rigorosamente oficiais, que já constam inclusive de publicações e entrevistas de autoridades, colocando a questão do endividamento externo e da nossa posição cambial em termos mais compreensíveis e que sirvam para uma avaliação correta **da contribuição estrangeira no esforço de desenvolvimento econômico.**

ENDIVIDAMENTO EXTERNO

O mal que se nota nessa questão — aliás em quase todas as questões de interesse público — é que a imprensa só divulga as informações e opiniões dos que, no fundo, são os responsáveis pela orientação e pela execução da política nacional. É um pouco a história da **Branca de Neve**. Da princesa que, mirando-se no seu espelho mágico, indagava: **Há neste reino melhor** modelo **que o meu?** Ora, que outras impressões e informações poderá o público receber para uma avaliação, se a imprensa só consulta as **princesas** da situação? Precisamos quebrar o espelho ou divulgar a verdade, realmente. Daí esta contribuição. Vamos às explicações:

1 — O apelo ao crédito externo representa uma das mais importantes opções do governo para a suplementação de recursos financeiros exigidos para o desenvolvimento da nossa economia, aceleradamente. Ou seja, um crescimento do Produto Interno Bruto, anualmente, entre 9 e 11 por cento. Essa decisão, que é a mais importante de quantas tomadas, passou a ser o condicionamento do esforço nacional. Atingir tais índices de crescimento é, sabemos, o ponto alto e uma questão de honra da **administração**. E, dizem os responsáveis, temos atingido as metas prefixadas nos últimos cinco anos e esperamos continuar nessa perseguição por mais alguns outros ainda.

2 — Ora, crescer à taxa de 9/11 por cento ao ano, ainda que possa ser uma decisão que corresponda às necessidades sociais das pressões do crescimento demográfico e do atraso herdado, é sem dúvida uma decisão que esbarra nas limitações financeiras do país e o que torna aquela meta positivamente exorbitante. Se o **espelho** está dizendo a verdade, o Brasil está, inclusive, mantendo o ritmo e desenvolvimento àquelas taxas e pretende continuar por tal caminho. Se o fator de pressão é o crescimento de nossa população, o fator de limitação nacional, da ação pública e privada, está precisamente na insuficiência de recursos financeiros para que possamos enfrentar a obra global que consubstancia uma expansão de 9 a 11 por centó.

3 — Mas, se é verdade que o país está crescendo, como dizem, então isso só tem sido possível porque o ministro da Fazenda vem propiciando, aos **Julio Verne caboclos**, os meios financeiros para suas realizações. Esta é uma observação direta dos fatos, pois, justiça seja feita, não tem faltado dinheiro para nada, inclusive para que os brasileiros viagem ao exterior num turismo que consome mais de US$ 230 milhões por ano — passagens mais suprimento de US$ 1 mil por passaporte — quando os hotéis do Brasil ficam vazios. Isso num momento em que o governo pede dinheiro emprestado no exterior, a juros, já que não dispõe de saldos em seus recursos próprios.

4 — Sim. Os **recursos próprios do Brasil**, isto é, suas exportações e serviços — crédito — não bastam para pagar pelas importações e as remessas financeiras — juros, dividendos, **royalties** e assistência técnica — além do pagamento dos serviços — despesas. Foi a essa **posição** que a Cepal se referiu em suas publicações e são verdadeiros os números citados. Em 1971, o Brasil exportou US$2,9 bilhões, mas importou US$3,225 bilhões. Remeteu US$411 milhões de serviços financeiros e seus serviços apresentaram um **deficit** de US$564 milhões. Tudo somado, vemos claro, sem contar com **as amortizações de dívidas vencidas em 1971**, US$ 860 milhões, que a receita foi menor que as despesas em US$1,3 bilhão. Mas, afora as amortizações há US$536 milhões com **novos empréstimos**, soma que foi tomada para **engrossar** as reservas nacionais no estrangeiro, que passaram, em 31 de dezembro de 1971, para US$ 1,721 bilhão, saindo, em 31 de dezembro de 1970, de US$1,185 bilhão. Tendo já, a esta altura, ultrapassado a casa dos dois bilhões de dólares.

5 — Ora, antes de passarmos à demonstração mais concreta de análise dos números que indicam o endividamento externo, parece necessário esclarecer ainda que o sr. Delfim Neto, ante a obrigação de suprir recursos ao país, precisou suplementar os meios financeiros insuficientes do país, sem o que nada seria possível. É o reverso da medalha. De um lado, o crescimento. Do outro, o preço, as conseqüências irrecorríveis da suplementação de meios financeiros, que estamos pagando, e que representam o lado negativo do quadro.

6 — São quatro as fontes que suprem recursos ao governo para seu uso — custeio administrativo, forças armadas, obras públicas de infra-estrutura econômica e suprimento de capital às suas próprias empresas — e para redistribuição, no atendimento das necessidades do empresariado privado, inclusive o estrangeiro. Essas fontes são:

a) A **tributação**, tomada essa expressão para abranger todas as verbas compulsórias que entram na composição dos custos e, por extensão, são transferidas pelo sistema fiscal indireto, nos preços, ao consumidor final. Ou seja: os impostos federais, estados, municípios, autarquias, previdência social, fundos de reaparelhamento econômico, amortizações aceleradas dos equipamentos industriais, inclusive e sobretudo à indústria estrangeira, a maior, os **juros do giro**, calculados acima das taxas dos reajustes salariais, a propaganda comercial, promocional. Tudo isto computado, atinge 56 por cento dos preços, ou seja, a taxa que está pagando o assalariado, sobretudo dos níveis da grande maioria, que não podendo economizar — poupar — tudo aplicam no consumo. Mesmo nada sabendo, sua contribuição é percentualmente e em volume a maior que qualquer outra classe da escala social.

b) O **endividamento externo** como fonte supletiva de meios. É verdade que o investimento estrangeiro no país também é contribuição para o desenvolvimento. Mas os números da Gerência de Câmbio do Banco Central indicam que, em oito anos, entraram apenas US$560 milhões, soma que é muito inferior ao endividamento externo e, assim mesmo, concentrando tais recursos em três campos principais: petroquímica, automobilística e minérios de ferro, setores que têm uma conotação que transcende de longe o simples interesse comercial. Os números do Banco Central indicam que o Brasil em 470 anos — até 1970 — chegou a dever US$ 4.403,3 milhões e em apenas dois anos já atingiu a US$ 7 bilhões, a dívida atual. Essa cifra, ainda assim, é incompleta, porquanto os entendimentos dos **tocadores de flauta** já garantiram ao país créditos para certas soluções, que elevarão, quando executadas as importações respectivas, para US$ 10 bilhões a nossa dívida global.

c) As **emissões de dinheiro ou aumento do meio circulante nacional**. A verificação dos dados oficiais indicará que em oito anos o Brasil aumentou de mais de nove vezes o meio circulante nacional. Essa fonte, certamente, responde pela compra, em última análise, dos dólares que representam nossa reserva no exterior, pois um país que vive em **deficit** de cruzeiros e de suas contas próprias em dólares, só poderia acumular uma reserva no exterior via endividamento externo e com a contrapartida paga por emissões e ainda outros recursos, pois o equivalente a US$ 2 bilhões, à taxa atual, é mais de Cr$ 12 bilhões, ou seja, soma superior ao meio circulante nacional.

d) **Mercado de Capitais do Brasil**. Esse mercado, cuja captação de recursos de poupança livre e, ainda, as compulsórias já atingiu soma de mais do dobro do equivalente ao endividamento externo — mais de Cr$ 42 bilhões — só contribuiu realmente para o desenvolvimento com a parcela aplicada na Bolsa na compra de ações novas de capital de empresas que apelaram para tal fonte supletiva de meios. O mais, istó é, o saldo das aplicações, vem sendo usado para o financiamento do **consumo** e do **giro**, a taxas de mais do dobro do nível inflacionário, e para a especulação, pura e simples, com lucros não tributados, pois a compra e venda de ações antigas indicam uma simples transferência de recurso e não desenvolvimento. Dizem os fatos que só houve uma liberdade: aos juros, sempre pagos como ingredientes dos custos pelos assalariados, com salários controlados por motivos inflacionários. Aliás, no que tange à **contribuição financeira para o desenvolvimento**, dada **pelo Mercado de Capitais**, não deixa de ser decepcionante que o governo tenha imagem, condições, preços e garantias que conseguem sensibilizar e atrair a colaboração do **capitalista estrangeiro** em seus empréstimos para construção de estradas, casas, pecuária, etc. e tal e, no plano interno, ou seja, o **capitalista cabloco** e sua intermediação financeira — bancos de investimentos, que de **investimento** só têm o nome —, não consiga suscitar o menor interesse. Essa contribuição, se tivesse existido, teria determinado uma **carga tributárias** menor, o que melhoraria não só os níveis dos salários nacionais — o que é outra história, pois uma das glórias nacionais é a **famosa mão-de-obra barata**, que vem permitindo, com o subsídio fiscal à **outrance**, o incremento das exportações, da indústria estrangeira.

7 — No campo do endividamento externo, o governo parece estar fazendo uma opção com plena consciência de suas vantagens, riscos e preços. Riscos bem calculados? O gerente de Câmbio do Banco Central considerou como indispensável, para ingressar por tal caminho, já que é ele que vem dirigindo o **carro de Estado**, em velocidade crescente, mas com outros apertando o acelerador, a combinação de três condições: (a) **fomentar ass exportações**, para que o Brasil consiga mais **recursos próprios**, a fim de enfrentar o desequilíbrio de tesouraria e financeiro em divisas ante o **deficit** crônico e tradicional, sem o que o apelo às operações financeiras é inapelável; (b) **manter uma reserva de divisas**, ainda que seja via endividamento e tenha conseqüências inflacionárias, para poder dispor de capital de manobra e suficiente liquidez a prazo médio; (c) **controle técnico-administrativo da dívida externa**, o que foi conseguido apenas em fins do ano de 1970.

8 — Essas condições, dizem, foram conseguidas e vêm funcionando, o que dá ao governo certa tranqüilidade, mas que de maneira alguma óbvia os riscos de montarmos a nossa posição sobre o crédito externo e apoiarmos nossa economia na exportação — e não no consumo interno, o que explica, aliás, a posição da carne, etc e tal. Vemos o governo, figuradamente, na posição de **homem que esquiva**. Fazendo **misérias**, mas sempre subordinado à decisão do **homem da lancha** — que puxa a corda. Qualquer perda de velocidade, que não dependerá de nós isoladamente, e **mergulharemos**, pois o saldo em divisas é **balão de oxigênio**. Apenas isto.

9 — É evidente que cabe sempre a observação de que a parcela que se destina realmente ao desenvolvimento terá, no país, uma implicação benéfica, em termos de produção e mais emprego, de sentido portanto multiplicador. Mas o aumento das importações não atesta exclusivamente como gasto, a compra de equipamentos. Estamos igualmente importando para consumo, como, por exemplo, petróleo. Pois apesar do progresso da Petrobrás, o consumo de carburantes, lubrificantes, etc e tal, vem aumentando, a ponto de a Petrobrás já ter suprido mais de 50 por cento do consumo interno e, hoje, não conseguir ir além de 35 por cento.

10 — A baixa entrada de investimentos estrangeiros poderia induzir à noção de que a indústria estrangeira, já instalada no país, estaria estagnada ou não acompanhando o crescimento do país ao ritmo de 9 a 11 por cento. Ora, isso não é verdade. Para que o país cresça entre 9 e 11 por cento, é preciso que a indústria e a agricultura cresçam simultaneamente. Portanto, se não está entrando dinheiro, via investimentos novos, é claro então que a expansão da indústria estrangeira já instalada no país vem sendo feita com recursos que o país, não possuindo, conforme se pode provar facilmente, está pedindo emprestado no exterior, a juros, para aplicar na cobertura dos equipamentos importados.

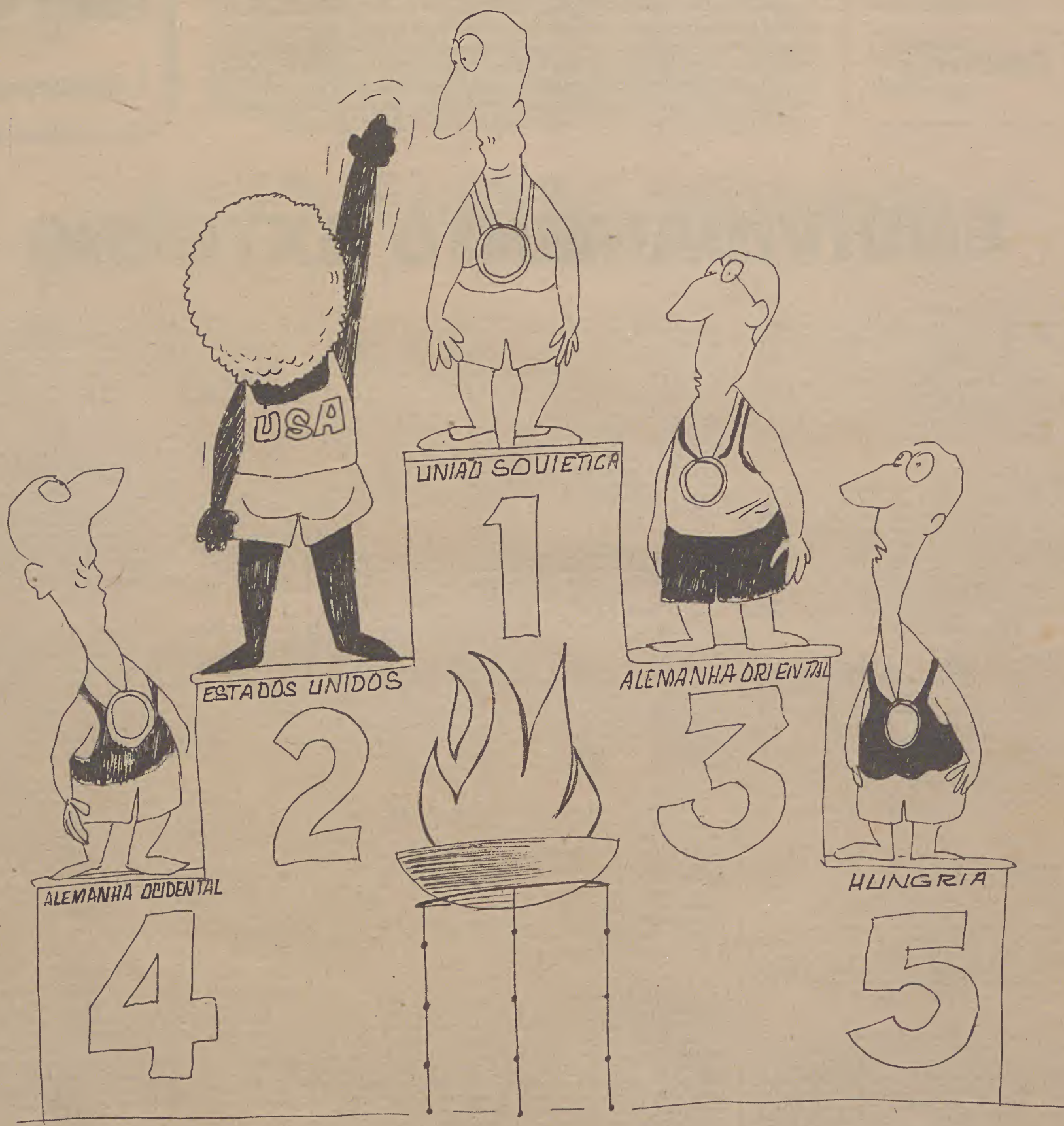
11 — Bastaria que o MCI/CDI, Sudene, Sudepe, Sudam e tantas outras publicassem seus relatórios, indicando os responsáveis efetivos pelos projetos de expansão industrial do Brasil, para que essa observ ação seja totalmente confirmada. Não deixa, portanto, de ser surpreendente que o investimento estrangeiro no Brasil, que deveria tecnicamente atuar como uma das fontes de suprimento de recursos novos exigidos pelo país para crescer a 9/11 por cento, tenha passado, no tempo e pela orientação seguida, a consumidor de nossas divisas, conseguidas por empréstimos, a juros, e inflacionando internamente.

12 — Em conclusão: a opção ao crédito externo é uma conseqüência direta da decisão anterior, mais alta e síntese de todas: 9/11 por cento ao ano de crescimento de Produto Interno Bruto. Foi essa a decisão que levou o país a tal apelo, pois a estagnação não poderia ser resposta ao crescimento populacional. Mas, surpresa diante das conseqüências negativas do apelo para a suplementação dos recursos financeiros exigidos pelo ritmo do crescimento, é que não parece lógico. Ou sabemos o que estamos querendo e decidindo, e devemos ser lógicos e coerentes, ou estaremos dando a impressão de que somos tolos, realmente.

13 — Mas será que o risco do apelo ao setor do crédito externo foi bem calculado? Quem já estaria comandando realmente a posição interna brasileira? Só o fato de o governo ter apoiado a sua situação nas exportações e não no consumo interno, isso já é uma opção que transfere então os resultados do desenvolvimento para o campo da prosperidade de algumas empresas industriais exportadoras, quando essa meta, o **desenvolvimento**, nunca poderia deixar de ser o meio para lidar com o social e, por extensão, o político. De que adiantará ao país crescer e prosperar, se o brasileiro continua sem participar, ou melhor, participando com os salários fixados nos níveis gloriosos que lhe conferem a condição extraordinária de **mão-de-obra barata**, isso sem falar no seu controle, em níveis reduzidos, instrumento principal para o combate à inflação? ".

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

e o REVERSO DA MEDALHA



POLITIKA

(EDITORA TORA LTDA)

Presidente: Philomena Gebran
Diretor: Sebastião Nery
Conselho Editorial: Oliveira Bastos, Gerardo Mello Mourão, Paschoal Carlos Magno.

Gerente: Enéas Resque
Editores: Jorge França, Mury Lydia
Arte: Antônio Calegari
Ilustração: Luis Fonseca
Humor: Fritz, Calicut

Correspondentes: Murilo Marroquim (Brasília), Villela Neto (Paris)

Publicidade: Epitácio Caó

Direção e Redação: Av. Rio Branco, 133, gr. 1601 Tel. 232-1981 — Rio — GB

São Paulo: Paulo Pereira — Rua das Flores, 27, gr. 25 Tel. 33-4210

Brasília: Itabaiana de Moura — Av. W-3 (Setor Comercial) — Ed. Sonia, 4º andar. Tels. 24-5376 e 24-7376

Fortaleza: Dário Macedo — Av. Duque de Caxias, 823, gr. 301 — Tel. 21-7046

Porto Alegre: Rui Silva de Carvalho — Rua Miguel Tostes, 924, gr. 101 Tel. 23-1754

Fotos: Tribuna da Imprensa, O Cruzeiro e O Jornal

Distribuição (exclusiva em todo o Brasil: Fernando Chinaglia Distribuidora S/A — Rùa Teodoro da Silva,. 907 (Grajaú) Rio — GB

Composição e impressão: máquinas eletrônicas IBM da Gráfica Editora Jornal do Commercio — Rio — GB